



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL

Diretoria de Deflagração das Licitações

PREGÃO ELETRÔNICO nº 90004/2026
UASG 450432 - SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO- GDF
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM APLICAÇÃO DE TESTE DE PROFICIÊNCIA LINGUÍSTICA
LICITAÇÃO ELETRÔNICA
PROCESSO Nº 00080-00092875/2026-89

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 29 de maio de 2026 (sexta-feira), às 10h.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor preço. A adjudicação será por ITEM considerando o valor global, conforme Decreto nº 44.330/23, Art. 197, § 3º e Súmula 247 do Tribunal de Contas da União.

MODO DE DISPUTA: Aberto e fechado.

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: SIM.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R\$ 369.576,00 (trezentos e sessenta e nove mil quinhentos e setenta e seis reais).

Torna-se público que a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEEDF, sediada no Shopping ID, SCN, Quadra 06, Conjunto A, Edifício Venâncio 3.000, Bloco B - Bairro Asa Norte - CEP 70.716-900 - DF, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, do Decreto Distrital nº 44.330, de 16 de março de 2023 e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

O presente certame se processará por meio do pregão eletrônico e obedecerá, integralmente ao [Decreto Distrital nº 44.330, de 16 de março de 2023](#), e à [Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), que estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e ainda, a Lei 4.611/2011, a Lei Complementar nº 123/2006, Lei nº 8.078 de 11/09/1990 (Código de Defesa do Consumidor); Lei nº 4.770/2012 (dispõe sobre critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de obras e serviços pelo Distrito Federal), portaria 1.068, de 26 de agosto de 2024, que estabelece procedimentos para apuração de responsabilidade e aplicação das sanções administrativas a licitantes e contratados no âmbito da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, bem como as condições estabelecidas no edital do pregão eletrônico e seu anexo, bem como a Lei nº 9.784 de 29 de janeiro de 1999, que estabelece normas básicas sobre o processo administrativo no âmbito da Administração Federal direta e indireta, visando, em especial, à proteção dos direitos dos administrados e ao melhor cumprimento dos fins da Administração.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de elaboração, aplicação e correção de testes de proficiência linguística, abrangendo as quatro competências (compreensão oral, compreensão escrita, produção oral e produção escrita), nos idiomas inglês, francês e espanhol, contemplando todas as etapas necessárias à execução do serviço, desde o planejamento e a logística de aplicação até a divulgação dos resultados e a análise de eventuais recursos administrativos eventualmente interpostos pelos estudantes, destinados a estudantes da rede pública de ensino do Distrito Federal, incluindo os Colégios Militares (Dom Pedro II e Tiradentes), no âmbito do Programa Pontes para o Mundo, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. As especificações do objeto, incluindo as quantidades máximas e mínimas, serão conforme as disposições do Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

2. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

2.1. As regras referentes aos requisitos da contratação serão conforme as determinações do Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF dentro do prazo previsto no Edital para apresentação de propostas.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

3.3.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br/>, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

3.3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. As microempresas e empresas de pequeno porte poderão participar desta licitação em condições diferenciadas, na forma prescrita na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, devendo para isso fazer o seu devido enquadramento como ME ou EPP em campo próprio no sistema, QUANDO DO CADASTRO DE SUA PROPOSTA, DECLARANDO assim, para fins legais, sob as penas da Lei, que cumprem os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte nas condições do Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, instituído pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, em especial quanto ao seu art. 3º, pela Lei Distrital nº 4.611 de 2011, e pelo Decreto Distrital nº 35.592 de 2014, que estão aptas a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos seus artigos 42 a 49 e que não se enquadram nas situações relacionadas no art. 3º da cidade Lei Complementar.

3.6. As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação desta licitação, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição;

3.6.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de cinco dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa (Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006).

3.6.2. A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 3.6.1, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 155 da Lei nº 14.133 de 2021, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

3.7. Nas licitações de ampla concorrência será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

3.7.1. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam de até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

3.8. Para efeito do disposto no 3.7, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

3.8.1. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame;

3.8.2. Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificadas, serão convocadas as próximas colocadas que porventura se enquadrem na hipótese do subitem 3.7.1, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

3.8.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos 3.8.1 e 3.8.2, será realizado sorteio, aleatório e automático pelo sistema, entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

3.9. Na hipótese da não contratação nos termos previstos 3.8, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

3.9.1. O disposto no 3.8 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

- 3.9.2. No caso de Pregão, a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.
- 3.10. Para o cumprimento do disposto nos artigos 47 e 48 da Lei Complementar nº 123/2006 e Lei Distrital 4.611/2011, a Administração Pública:
- 3.10.1. Deverá designar exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos casos em que o valor estimado do(s) item(ns) seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), quando justificadamente estabelecida pela área técnica demandante, conforme Anexo I deste Edital.
- 3.10.2. Poderá exigir dos licitantes a subcontratação compulsória de microempresa ou de empresa de pequeno porte, desde que o percentual máximo do objeto a ser subcontratado não exceda a 30% (trinta por cento) do total licitado, quando justificadamente estabelecida pela área técnica demandante, conforme Anexo I deste Edital.
- 3.10.3. Poderá estabelecer nas licitações para aquisição de bens, serviços e obras de natureza divisível cota de até 25% (vinte e cinco por cento) destinada às microempresas e empresas de pequeno porte, no caso de item(ns) cujo o valor estimado seja superior R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), quando justificadamente estabelecida pela área técnica demandante, conforme Anexo I deste Edital.
- 3.11. Durante a realização da sessão pública, caso a empresa classificada com o melhor preço para o subitem preferencial não esteja enquadrada como ME/EPP, proceder-se-á sua desclassificação e o chamamento da ME/EPP mais bem classificada e assim, sucessivamente, até a obtenção de uma proposta que atenda integralmente as exigências editalícias.
- 3.11.1. Caso o item de participação preferencial de ME/EPP reste deserto ou não haja microempresa ou empresa de pequeno porte declarada vencedora, será facultado ao licitante melhor colocado do item de ampla concorrência, assumir o quantitativo da cota reservada.
- 3.11.2. A aplicação da cota reservada não poderá ensejar a contratação por preço superior ao que for contratado no subitem da licitação destinada ao mercado geral, em concordância com o §3º, do Art. 26 da Lei Distrital nº 4.611 de 2011.
- 3.12. Não poderão disputar esta licitação:
- 3.12.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 3.12.2. Autor do anteprojeto, do Projeto Básico ou do Projeto Executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 3.12.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do Termo de Referência, do Projeto Básico ou Executivo, ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado;
- 3.12.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 3.12.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 3.12.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 3.12.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do Edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 3.12.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;
- 3.12.9. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;
- 3.12.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.
- 3.12.11. Proprietário, controlador, administrador, gerente ou diretor de pessoa jurídica, independente das denominações adotadas e do nível quantitativo ou qualitativo de participação do capital ou patrimônio (Decreto nº 39.860, de 30 de maio de 2019);
- 3.12.12. Executores de contratos que tenham trabalhado nos últimos 5 (cinco) anos como sócios, administradores ou não, ou responsáveis pelas entidades contratadas (Decreto nº 39.860/2019);
- 3.12.13. Agente público licenciado ou afastado por qualquer motivo e a qualquer título (Decreto nº 39.860/2019);
- 3.12.14. Empresas ou empresários que tenham sido declarados inidôneos pela Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual, Municipal e Distrital;
- 3.12.15. Pessoa jurídica cujo dirigente, administrador, proprietário ou sócio com poder de direção, seja cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o segundo grau, de (alterado pelo Decreto nº 37.843/2016):
- 3.12.15.1. Agente público com cargo em comissão ou função de confiança que esteja lotado na unidade responsável pela realização da seleção ou licitação promovida pelo órgão ou entidade da Administração Pública Distrital (Inciso alterado pelo Decreto nº 37.843/2016); ou
- 3.12.15.2. Agente público cuja posição no órgão ou entidade da Administração Pública Distrital seja hierarquicamente superior ao chefe da unidade responsável pela realização da seleção ou licitação (Inciso alterado pelo Decreto nº 37.843/2016);
- 3.12.16. A vedação de que trata o item 3.12.15. aplica-se aos contratos pertinentes a obras, serviços e aquisição de bens, inclusive de serviços terceirizados, às parcerias com organizações da sociedade civil e à celebração de instrumentos de ajuste congêneres.
- 3.12.17. A vedação estende-se às uniões homoafetivas (art. 3º, § 3º do Decreto nº 32.751/2011).
- 3.12.18. Considera-se participação indireta, a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista entre o autor do projeto, pessoa física ou jurídica, e o licitante ou responsável pelos serviços, fornecimentos e obras, incluindo-se os fornecimentos de bens e serviços a estes necessários. O disposto aplica-se aos membros da comissão de licitação. (Parecer nº 314/2016 e 82/2016 PRCON/PGDF).
- 3.13. O impedimento de que trata o item 3.12.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 3.14. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.12.2 e 3.12.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 3.15. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 3.16. O disposto nos itens 3.12.2 e 3.12.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do Projeto Básico e do Projeto Executivo, nas contratações integradas, e do Projeto Executivo, nos demais regimes de execução.
- 3.17. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.
- 3.18. A vedação de que trata o item 3.12.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.
- 3.19. Será permitida a participação de sociedades empresárias em recuperação judicial na licitação, desde que demonstrem, na fase de habilitação, a sua viabilidade econômica, conforme Decisão nº 10/2021 – TCDF e Acórdão nº 1201/2021 – Plenário/TCU.
- DO CONSÓRCIO E DA SUBCONTRATAÇÃO**
- 3.20. A participação de consórcios de empresas no processo licitatório é permitida, mas depende da **justificação da Administração** no edital, conforme o Art. 15 da Lei nº 14.133/2021. A Administração pode admitir consórcios quando entender que a união de empresas é necessária para garantir a competitividade do certame e o atendimento das exigências técnicas ou econômicas do objeto licitado.
- 3.21. A participação em consórcio somente é utilizada em empreendimento de grande vulto, em que as empresas isoladamente não tenham condições de executar o objeto licitado, ou seja, a formação de consórcio somente ocorre em serviços complexos ou cujo tamanho exijam das licitantes elevada capacidade técnica ou mesmo econômica, sendo necessária a soma da experiência de várias empresas para se alcançar a qualificação solicitada no Termo de Referência e edital.
- 3.22. Via de regra, o Administrador público autoriza a participação de consórcio quando entende que a competitividade do certame licitatório poderá ser afetada pela inexistência ou pela escassez de empresas que isoladamente não teriam capacidade técnica e/ou econômica de concorrer em igualdades de condições, sendo assim necessária a união de várias empresas para atender as condições especificadas no edital.
- 3.22.1. Conforme Despacho SEI id.201997516, registra-se que não será admitida a participação de empresas em consórcio na presente contratação, considerando que o objeto é amplamente ofertado por diversas empresas no mercado, não demandando a conjugação de capacidades técnicas ou operacionais. Ademais, a admissão de consórcios, no caso em

tela, mostra-se desnecessária e potencialmente prejudicial à competitividade do certame, podendo reduzir a amplitude da disputa e comprometer a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

3.23. É admitida a subcontratação parcial do objeto, nos termos do art. 122 da Lei nº 14.133/2021, até o limite autorizado, limitada às parcelas acessórias, permanecendo vedada a subcontratação das atividades consideradas essenciais ou de maior relevância técnica e valor significativo.

3.24. A subcontratação deverá observar os limites e condições estabelecidos no Termo de Referência, permanecendo a contratada integralmente responsável pela execução do contrato, inclusive pelas atividades subcontratadas, nos termos da legislação vigente.

3.25. Poderão ser subcontratadas as seguintes parcelas acessórias do objeto:

3.25.1. Fornecimento de fones de ouvido com microfone (headsets) com entrada P2, quando necessário à execução dos serviços;

3.26. É vedada a subcontratação das atividades essenciais do objeto, notadamente aquelas relacionadas à disponibilização da plataforma tecnológica, aplicação das provas, monitoramento, segurança da informação e demais funcionalidades críticas do serviço contratado.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto deste Edital.

4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.4.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.4.2. Não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.4.3. Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.4.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em Lei e em outras normas específicas.

4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021:

4.6.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.6.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4 ou 4.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.11.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.11.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.12.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.12.2. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor ou desconto;

5.1.2. Marca;

5.1.3. Fabricante;

5.1.4. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.3.1. A licitante assume integral responsabilidade acerca das alíquotas e bases de cálculos dos tributos e contribuições previdenciárias que compõe a proposta, em especial àqueles influenciados por seu regime de tributação (PIS e COFINS); por incidência de desoneração (INSS e CRPB) e/ou diferenciação de alíquotas/base de cálculo em decorrência da atividade desempenhada (ISS).

5.3.1.1. A aceitação da proposta por parte do Órgão Licitante não gera para a futura contratada o direito ao reequilíbrio econômico-financeiro quando a modificação superveniente da alíquota e/ou base de cálculo dos tributos e contribuições previdenciárias for decorrente de ato voluntário da empresa ou em face de erro quanto à interpretação de seu regime de tributação.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos 12 (doze) meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em

quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

- 5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa)** dias, a contar da data de sua apresentação.
- 5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas distritais, quando participarem de licitações públicas;
- 5.9.1. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 5.9.
- 5.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da Lei, nos termos do art. 78, X, da Lei Orgânica do Distrito Federal; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.
- 5.11. O julgamento da proposta será consoante aos critérios de aceitação estabelecidos no Termo de Referência.
- 6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**
- 6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
- 6.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 6.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 6.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 6.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 6.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.6. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário ou total do item.
- 6.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de 1% (um por cento).
- 6.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 6.11. O procedimento seguirá o modo de disputa "aberto e fechado".
- 6.12. Para o envio de lances no Pregão Eletrônico de modo de disputa "aberto e fechado", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 6.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 15 (quinze) minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 6.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 6.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.13. Não serão aceitos 2 (dois) ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 6.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 6.18.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 6.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 6.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 6.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
- 6.19.1.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 6.19.1.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- 6.19.1.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 6.19.1.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 6.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 6.19.2.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- 6.19.2.2. Empresas brasileiras;
- 6.19.2.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 6.19.2.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
- 6.19.3. Persistindo o empate após a aplicação dos critérios referidos nos subitens anteriores, o desempate ocorrerá por meio de sorteio público a ser realizado por meio virtual, consoante instruções previamente comunicadas pelo Pregoeiro, tendo em vista a [INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/MGI Nº 79, DE 12 DE SETEMBRO DE 2024](#), que proceder-se-á o sorteio das propostas empatadas a ser realizado em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.
- 6.19.4. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

- 6.19.5. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 6.19.6. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 6.19.7. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 6.19.8. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 6.19.9. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 6.20. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.12 do Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).[A20]

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o Edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos artigos 130 a 134 do Decreto nº 44.330 de 16 de março de 2023.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- 7.7.1. Contiver vícios insanáveis;
- 7.7.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 7.7.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 7.7.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 7.7.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.8.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o *caput*, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

- 7.8.1.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 7.8.1.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

7.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.11.2. No preenchimento da planilha, considera-se erro passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.12. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante, provisoriamente classificado em primeiro lugar, deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.12.1. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.12.2. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.12.3. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.12.4. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.1.2. A licitante cuja habilitação parcial no SICAF acusar, no demonstrativo "Consulta Situação do Fornecedor", algum documento com validade vencida, deverá encaminhar o respectivo documento a fim de comprovar a sua regularidade.

8.1.3. Para fins de habilitação, não serão aceitos protocolos, tampouco documentos com prazo de validade vencida.

8.1.4. Considerando o art. 156, III, da Lei nº 14.133 de 2021, será realizada prévia pesquisa junto ao Portal Oficial do Tribunal de Contas da União (consulta consolidada de Pessoa Jurídica) para aferir se existe algum registro impeditivo ao direito de participar de licitações ou celebrar contratos com o Ente sancionador. (Parecer nº 087/2020 PRCON/PGDF)

8.2. Para habilitação dos licitantes, será exigida, a seguinte documentação:

8.2.1. Qualificação técnica

I - Para fins de habilitação, a empresa licitante deverá comprovar sua Qualificação Técnica mediante a apresentação de, no mínimo, 1 atestado de Capacidade Técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove ter fornecido ou estar fornecendo serviços **compatíveis em características, quantidades e prazos** ao objeto desta licitação, conforme previsto no Termo de Referência.

II - Para comprovação do quantitativo, serão admitidos atestados de capacidade técnica que comprovem, **no mínimo, 25%** do quantitativo do(s) item(ns) para o(s) qual(is) a(s) interessada(s) esteja(m) apresentando proposta. Tal porcentagem está dentro do limite estabelecido no art. 67, § 2º da Lei nº 14.133/2021 e pela jurisprudência pacificada do Tribunal de Contas da União (TCU), conforme exemplificado nos Acórdãos nº 1.284/2003, 2.088/2004, 2383/2007 e 244/2015, todos do TCU Plenário, que estabelecem, como regra, o teto de 50%.

III - Os atestados de capacidade técnica deverão conter nome, endereço e telefone do contato do atestador.

IV - A exigência do atestado de capacidade técnica decorre da especificidade do objeto, uma vez que se trata da aplicação de testes de proficiência em língua inglesa, língua espanhola e língua francesa que requerem instrumentos de avaliação reconhecidos internacionalmente, e a certificação dos resultados de acordo com o Quadro Europeu Comum de Referência para Línguas (CEFR). É essencial que os fornecedores demonstrem capacidade de realizar a aplicação e certificação de testes em larga escala, atendendo à demanda solicitada dentro do prazo acordado e com a qualidade adequada. Ademais, por se tratar de um serviço especializado, há inúmeros fornecedores com capacidade de fornecimento, não afetando o caráter competitivo do certame.

V - Em observância ao princípio da razoabilidade e proporcionalidade, e em conformidade com o art. 67, da Lei nº 14.133/2021, será exigido atestado de capacidade técnica que comprove o quantitativo estimado apenas para o período de 12 meses de execução contratual. A adoção desse critério tem como finalidade assegurar que os licitantes demonstrem capacidade técnica compatível com a demanda anual, evitando a imposição de requisitos excessivos que possam restringir indevidamente a competitividade. Assim, o atestado de capacidade técnica deverá comprovar experiência anterior na execução de objeto de natureza e complexidade semelhantes, em volume equivalente ao consumo previsto para um ano, o que é suficiente para atestar a aptidão da empresa à plena execução do contrato.

VI - Para fins de diligência, a CONTRATANTE poderá solicitar a apresentação de notas de empenho e/ou notas fiscais de entidades públicas e privadas.

8.2.2. Regularidade fiscal, social e trabalhista

I - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

II - Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

III - Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

IV - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

V - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal/ Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

VI - Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

VII - Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

VIII - O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.2.3. Qualificação econômico-financeira

I - Conforme o Art. 69, da Lei Federal nº14.133/2021, justifica-se a exigência da habilitação econômico-financeira visando a demonstração da aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, devendo ser comprovada de forma objetiva, por coeficientes e índices econômicos previstos no edital, devidamente justificados no processo licitatório, e será restrita à apresentação da seguinte documentação:

- Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;
- Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), art. 69, caput, inciso II);
- Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 últimos exercícios sociais, comprovando:
- Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1;

II - Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 anos.

III - Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

IV - Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo ou patrimônio líquido **mínimo de 5%** do valor total estimado da contratação.

V - As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. ([Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), art. 65, §1º).

VI - O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

VII - Faz-se necessária a apresentação de qualificação econômico-financeira para garantir que a empresa ou pessoa física a ser Contratada possua os recursos e a estabilidade necessárias para cumprir com suas obrigações contratuais visto que as ações relativas a pretensa contratação, por suas características, necessitam **impreterivelmente** dos bens e serviços contratados para a sua realização. Esse tipo de análise permite avaliar a capacidade de uma organização de arcar com os custos envolvidos, evitando riscos financeiros que poderiam comprometer a execução do contrato e causar prejuízos à Administração Pública.

8.2.4. Habilitação jurídica:

I - **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional.

II - **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

III - **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

IV - **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU,** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

V - **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

VI - **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

VII - **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

VIII - **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

IX - **Empresas submetidas a recuperação judicial poderão participar do certame**, desde que demonstrem viabilidade econômica e apresentem plano de recuperação judicial devidamente homologado pelo judiciário, conforme preceitua as **decisões do TCDF nº 596/2024, 1.212/2024, 1.469/2024**.

8.2.4.1. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.2.4.2. Apresentar declaração da licitante assinada por seu Representante Legal que, caso seja declarada vencedora do processo licitatório, se responsabilizará por quaisquer danos causados por seus funcionários à União, ao Distrito Federal e aos servidores da SEEDF dentro da área e dependências onde serão prestados os serviços, bem como pelo desaparecimento de bens da União, do Distrito Federal e dos servidores da SEEDF e de terceiros, seja por dolo, culpa, omissão ou negligência dos mesmos.

8.2.5. Declarações enviadas por meio do sistema Compras governamentais:

- I - Declaração, sob as penas da Lei, afirmando a inexistência de fato impeditivo da habilitação, contendo o compromisso de comunicar eventual superveniência de fato dessa natureza.
- II - Declaração de que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal.
- III - Declaração de que não ultrapassou o limite de faturamento e que cumpre os requisitos estabelecidos no Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, sendo apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei Complementar, se for o caso.
- IV - Declaração de Elaboração Independente de Proposta.
- V - Declaração de acessibilidade conforme disposto no art. 93 da Lei n.º 8.213 de 1991.
- VI - Declaração de que cumpre a cota de aprendizagem nos termos estabelecidos no art. 429 da CLT.

8.2.6. Declarações enviadas juntamente com as documentações de habilitação:

- I - A empresa participante deverá apresentar, na etapa de habilitação e no ato da assinatura do Contrato, a Declaração de Ciência e Termo de Responsabilidade, constante no Anexo III do Edital.
- II - A empresa participante deverá apresentar, na etapa de habilitação e no ato da assinatura do Contrato, a Declaração para fins do Decreto nº 39.860 de 2019, constante no Anexo IV do Edital (Portaria CGDF nº 356/2019).

8.3. Os documentos apresentados para habilitação deverão estar todos em nome da matriz ou todos em nome da filial, exceto aqueles que comprovadamente só possam ser fornecidos à matriz e referir-se ao local do domicílio ou sede do interessado.

8.3.1. Para os efeitos desta licitação, considera-se sede a matriz ou o único estabelecimento comercial, industrial e de prestação de serviços da empresa (mesmo CNPJ).

8.4. Os órgãos e as entidades da Administração direta, autarquia e fundacional do Distrito Federal devem adotar, nas licitações ou nas contratações diretas, critérios de sustentabilidade ambiental, como prevê a Lei Distrital nº 4.770 de 2012.

8.5. O Pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes.

8.6. Na hipótese de a proposta vencedora não for aceitável ou o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital.

8.7. O Pregoeiro poderá solicitar o envio de documentos originais ou autenticados, que deverão ser encaminhados no prazo máximo de 3 (três) dias úteis para o endereço: pregao.suag@se.df.gov.br

8.8. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.8.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da Ata de Registro de Preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.9. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.10. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.10.1. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, excepcionalizada a alínea "c" do subitem 8.2.4 do Edital.

8.10.2. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a Lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

8.11. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por meio eletrônico no endereço: <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

8.12. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da Lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

8.13. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em Lei e em outras normas específicas.

8.14. O licitante deverá apresentar, podendo sofrer pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.15. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

8.15.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

8.16. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.16.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de até 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

8.16.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.17. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.17.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.17.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.18. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e Decreto nº 44.330/2023, art. 135, §3º):

8.18.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

8.18.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas; e

8.18.3. A realização ou não de diligências ocorrerá mediante decisão fundamentada do Agente de Contratação/Pregoeiro antecedida de diálogo com os setores administrativos interessados no objeto da licitação, não se configurando direito subjetivo do licitante a juntada de documentos após o encerramento do prazo estabelecido.

8.19. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.20. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo disposto no subitem 8.16.1.

8.21. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de Licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.22. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9. DOS RECURSOS

9.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

- 9.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da Ata.
- 9.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 9.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- 9.3.2. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- 9.3.3. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 9.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 9.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 9.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 9.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 9.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 9.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 9.10. O processo permanecerá disponível para vistas aos interessados, mediante cadastro no SEI-DF e solicitação encaminhada ao endereço eletrônico: pregao-suag@se.df.gov.br
10. **DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**
- 10.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 10.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a Pregoeiro/a durante o certame;
- 10.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado (Decisão TCFD nº 2892/1019), não manter a proposta ou o lance em especial quando:
- 10.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 10.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 10.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
- 10.1.2.4. Deixar de apresentar amostra;
- 10.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do Edital;
- 10.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 10.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a Ata de Registro de Preços, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 10.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- 10.1.5. Fraudar a licitação;
- 10.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- 10.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a Lei;
- 10.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 10.1.6.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 10.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 10.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 10.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 10.2.1. Advertência;
- 10.2.2. Multa;
- 10.2.3. Impedimento de licitar e contratar; e
- 10.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 10.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 10.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;
- 10.3.2. As peculiaridades do caso concreto;
- 10.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 10.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 10.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 10.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% (meio por cento) a 30% (trinta por cento) incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
- 10.4.1. Para as infrações previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, a multa será de 0,5% (meio por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do contrato licitado.
- 10.4.2. Para as infrações previstas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, a multa será de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado.
- 10.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 10.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 10.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 10.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
- 10.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a Ata de Registro de Preços, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 10.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.
- 10.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 10.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que ver proferido a decisão recorrida que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 10.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 10.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

- 10.14. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.
- 10.15. Os procedimentos para apuração de responsabilidade e aplicação das sanções administrativas a licitantes e contratados no âmbito da SEEDF, devem estar de acordo com a Portaria Nº 1.068, de 26 de agosto de 2024.
11. **DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**
- 11.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 11.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 11.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica nos seguintes meios: pregao-suag@se.df.gov.br
- 11.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 11.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.
- 11.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
12. **DO TERMO DE CONTRATO**
- 12.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato.
- 12.2. O adjudicatário terá o prazo de 8 (oito) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 12.2.1. O silêncio implica no decaimento do direito à contratação.
- 12.2.2. A convocação se dará, preferencialmente, por e-mail.
- 12.2.3. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, com cópia ou envio concomitante ao e-mail constante na proposta, caso discrepante, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.
- 12.2.4. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no presente Edital e seus anexos;
- 12.2.5. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos no artigo 104 da mesma Lei;
- 12.2.6. A contratada manterá, durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação;
- 12.2.7. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da [Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), podendo ser prorrogado por igual período.
- 12.2.8. A atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento corresponderá aos índices oficiais vigentes e somente terá cabimento após o regular processamento da liquidação da despesa.
- 12.3. **DO REAJUSTE**
- 12.3. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis pelo período de um ano, contado a partir da data do orçamento estimado o qual foi realizado no dia 27 de abril de 2026.
- 12.4. Após o período estipulado no item anterior, qualquer alteração posterior à assinatura do Contrato, no que tange a reajuste de preço, seguirá o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), conforme preconizado no art. 3º, II do Decreto Distrital nº 37.121/2016 e alterações posteriores, bem como aos termos do art. 3º, caput e § 1º da Lei nº 10.192/2001, art. 6º, inciso LVIII, da [Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), mediante Termo de Apostilamento assinado entre as Partes, com data-base vinculada à data do orçamento estimado, conforme art. 25, §7º, da [Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#).
- 12.5. As demais considerações referentes ao termo de contrato ou instrumento equivalente serão conforme as determinações do Termo de Referência, Anexo I deste Edital.
13. **DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**
- 13.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo III do Termo de Referência para aferição da qualidade da prestação dos serviços.
- 13.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:
- não produzir os resultados acordados,
 - deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
 - deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 13.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.
- 13.4. A aferição da execução contratual para fins de pagamento será realizada por meio do Instrumento de Medição de Resultados (IMR), com base em indicadores objetivos de desempenho, observando os seguintes critérios:
- a unidade de medida adotada corresponderá ao lote de serviços efetivamente executados e entregues, compreendendo todas as etapas previstas no objeto contratual;
 - a avaliação da execução considerará indicadores relacionados ao cumprimento de prazos, qualidade dos resultados, disponibilidade da plataforma tecnológica, atendimento aos usuários e integridade do processo avaliativo;
 - cada indicador possuirá peso específico e será avaliado conforme faixas de desempenho previamente definidas, com atribuição de pontuação proporcional ao nível de atendimento;
 - o resultado final da avaliação será apurado mediante cálculo do Índice de Desempenho (ID), obtido pela média ponderada dos indicadores estabelecidos;
 - o pagamento devido à contratada será proporcional ao desempenho apurado, podendo sofrer glosas conforme as faixas de atendimento definidas no IMR;
 - o não atingimento dos níveis mínimos de desempenho poderá ensejar, além de glosa, a aplicação das sanções cabíveis, nos termos do contrato;
 - a metodologia completa de cálculo, pesos, indicadores e faixas de pagamento consta no Anexo III do Termo de Referência.
- 13.5. **RECEBIMENTO**
- 13.5.1. Os serviços serão **recebidos provisoriamente, de forma sumária**, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo, conforme especificado no termo de referência e na proposta, nos termos do art. 27 do Decreto n.º 44.330/2023 e do Art. 140 da [Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#).
- 13.5.2. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.
- 13.5.3. Não serão recebidos materiais/serviços com especificações em desacordo com as constantes no Termo de Referência;
- 13.5.4. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.
- 13.5.5. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.
- 13.5.6. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.
- 13.5.7. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 13.5.8. Salvo disposição em contrário constante do edital ou de ato normativo, os ensaios, os testes e as demais provas para aferição da boa execução do objeto do contrato exigidos por normas técnicas oficiais correrão por conta do contratado.
- 13.5.9. O recebimento provisório ocorrerá na data de entrega do objeto contratado, observadas as condições dispostas nos itens anteriores.

13.5.10. Os serviços serão **recebidos definitivamente no prazo de 05 dias**, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

- a) Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (§ 3º, art. 88, [Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#)).
- b) Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
- c) Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
- d) Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
- e) Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

13.5.11. Na hipótese da verificação a que se refere o **item anterior** não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo, sem prejuízo das medidas disciplinares cabíveis ao servidor omissor;

13.5.12. A recusa ao recebimento do material/serviço, por qualquer motivo devidamente justificado, não acarretará a suspensão do prazo de entrega, ficando a contratada obrigada a retirar o material, substituí-lo ou complementar a entrega, sob pena de aplicação das penalidades disciplinares.

13.5.13. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

13.5.14. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

13.5.15. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança do bem, nem a ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou por este instrumento.

13.5.16. A Contratante poderá rejeitar, no todo ou em parte, o material/serviço executado em desacordo com as especificações e condições do Termo de Referência ou com as normas legais ou técnicas pertinentes, por meio de termo circunstanciado, no qual deverá constar o motivo da não aceitação do objeto contratado.

13.5.17. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços prestados.

13.5.18. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

13.6. **LIQUIDAÇÃO**

13.6.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o **prazo de 30 dias** para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

13.6.2. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

13.6.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

13.6.4. A Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta online ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei Federal nº 14.133/2021.

13.6.5. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

13.6.6. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

13.6.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

13.6.8. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

13.6.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

13.6.10. Nos termos do art. 61 do Decreto nº 32.598/2010 alterado pelos Decretos 37.815/2016 e 44.330/2023, para liquidação da despesa, é indispensável constar do processo:

- a) Nota de empenho;
- b) Atestado de recebimento do material, de prestação do serviço ou de execução da obra, emitido por agente credenciado, na primeira via do documento fiscal, salvo nos casos previstos no §1º do artigo 64 e no caso de o processo ter sido iniciado por meio do Sistema Eletrônico de Informações - SEI;
- c) Termo circunstanciado que comprove o recebimento do serviço ou a execução da obra, nos termos da alínea "b" do inciso I do artigo 140 da Lei nº 14.133, de 2021, emitido por agente ou comissão designada pela autoridade competente.
- d) Data, nome por extenso, em carimbo ou letra de forma, número de matrícula e cargo ou função, sob as assinaturas dos servidores que os instruírem o processo; e
- e) Documento eletrônico atestando a prestação do serviço relativo a um ou mais documentos fiscais, assinado por servidor ou comissão designado para tal ato, nos casos de os processos terem sido iniciados por meio do Sistema Eletrônico de Informações - SEI.

13.7. **PRAZO DE PAGAMENTO**

13.7.1. O pagamento será efetuado no **prazo de até 30 dias** contados da finalização da liquidação da despesa.

13.7.2. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, *pro rata tempore die*, de acordo com o Art. 3º, II do Decreto Distrital nº 37.121/2016 e alterações posteriores.

13.8. **FORMA DE PAGAMENTO**

13.8.1. O pagamento será efetuado de acordo com as Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal, mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura de serviços e após atesto pelo Fiscal/Gestor do Contrato.

13.8.2. Para efeito de pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar, junto com os documentos fiscais, os demais documentos relacionados abaixo:

- a) CERTIFICADO DE REGULARIDADE DO FGTS - CRF
- b) CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO
- c) CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

d) CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS JUNTO AO GDF

- 13.8.3. Os pagamentos de despesas somente serão efetivados após sua regular liquidação e emissão de Previsão de Pagamento – PP, conforme o previsto no artigo 63, do Decreto nº 32.598, de 15 de Dezembro de 2010.
- 13.8.4. O pagamento somente será efetuado após o atesto, pelo servidor competente (gestor ou fiscal de contrato), do documento de cobrança apresentado pela Contratada.
- 13.8.5. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 13.8.6. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 13.8.7. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 13.8.8. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 13.8.9. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123/2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
- 13.8.10. É vedada a antecipação de pagamento, para cada faturamento.
- 13.8.11. Não será efetuado pagamento à Contratada enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.
- 13.8.12. Não será devido à Contratada pagamento de serviços previstos no Termo de Referência que efetivamente não forem demandados por OS (Ordem de Serviço).
- 13.8.13. Todos os pagamentos serão realizados em estrita observação à instrução dos autos, descontando do valor total da fatura eventuais glosas apontadas pelos fiscais de contrato.
- 13.8.14. O pagamento será realizado em tantas parcelas quantas necessárias, conforme parcelamento das entregas.
- 13.8.15. Por força do Decreto Distrital 32.767/2011 e alterações posteriores, as empresas com sede ou domicílio no Distrito Federal, com créditos de valores iguais ou superiores a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), os pagamentos serão feitos exclusivamente, mediante crédito em conta corrente, em nome do beneficiário junto ao Banco de Brasília S/A – BRB.
- 13.8.16. Excluem-se das disposições do art. 6º do Decreto nº 32.767, de 17/02/2011:
- I - Os pagamentos a empresas vinculadas ou supervisionadas pela Administração Pública federal;
 - II - Os pagamentos efetuados à conta de recursos originados de acordos, convênios ou contratos que, em virtude de legislação própria, só possam ser movimentados em instituições bancárias indicadas nos respectivos documentos;
 - III - Os pagamentos a empresas de outros Estados da federação que não mantenham filiais ou representações no Distrito Federal e que venceram processo licitatório no âmbito deste ente federado

13.9. **CESSÃO DE CRÉDITO**

- 13.9.1. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na [Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025](#), conforme as regras deste presente tópico.
- 13.9.2. As cessões de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, dependerão de prévia aprovação do contratante.
- 13.9.3. A eficácia da cessão de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, em relação à Administração, está condicionada à celebração por apostilamento, ao contrato administrativo.
- 13.9.4. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o [Art. 12 da Lei nº 8.429/1992](#), nos termos do [Parecer JLI-01, de 18 de maio de 2020](#).
- 13.9.5. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 82, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2025 e Anexos).
- 13.9.6. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado

14. **DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

- 14.1. As regras referentes ao modelo de execução do objeto serão conforme as determinações do Termo de Referência e seus anexos.

15. **DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

- 15.1. As regras referentes às obrigações da contratante serão conforme as determinações do Termo de Referência e seus anexos.

16. **DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- 16.1. As regras referentes às obrigações da contratada serão conforme as determinações do Termo de Referência e seus anexos.

17. **PROIBIÇÃO DE MÃO DE OBRA INFANTIL**

- 17.1. A Contratada deve declarar que não utiliza mão de obra direta ou indireta de menores de 18 anos, nos termos da [Lei Distrital nº 5.061, de 08 de março de 2013](#), para a realização de trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres, bem como não utiliza, para qualquer trabalho, mão de obra direta ou indireta de menores de 16 anos, exceto na condição de aprendiz, a partir de 14 anos (conforme [inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal](#)), sob pena de extinção do contrato e a aplicação de multa, sem prejuízo das sanções legais cabíveis.

18. **CONTEÚDO DISCRIMINATÓRIO CONTRA A MULHER**

- 18.0.1. A CONTRATADA fica obrigada a respeitar os termos estipulados no [Decreto nº 38.365](#), publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 143, de 27 de julho de 2017, que regulamenta a [Lei nº 5.448, de 12 de janeiro de 2015](#), que proíbe conteúdo discriminatório contra a mulher.
- 18.0.2. A CONTRATADA deverá preferencialmente realizar a contratação de mulheres vítimas de violência doméstica e oriundas ou egressas do sistema prisional.

19. **REGRA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS - LGPD**

- 19.1. A CONTRATADA deverá obedecer ao regulamentado pela [Lei nº 13.709/2018](#) - Lei Geral de Proteção de Dados, recepcionado pelo [Decreto Distrital nº 45.771/2024](#), sendo necessário atender suas determinações para que esta Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal e seus agentes não venham a incorrer em sanções pelo descumprimento da referida Lei.

20. **DA ACESSIBILIDADE**

- 20.1. A solução tecnológica a ser disponibilizada para aplicação dos testes em formato online com aplicação presencial deverá observar, obrigatoriamente, os requisitos de acessibilidade aplicáveis, de modo a assegurar o pleno acesso e participação de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, em condições de igualdade com os demais candidatos.
- 20.2. A plataforma utilizada deverá estar em conformidade com as diretrizes do Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico (e-MAG), instituído no âmbito do Governo Federal, disponível em e-MAG, bem como com demais normas e padrões técnicos de acessibilidade digital vigentes.
- 20.3. A contratada deverá garantir, no mínimo:
- I - compatibilidade com tecnologias assistivas, tais como leitores de tela e ampliadores de conteúdo;
 - II - possibilidade de navegação por teclado;
 - III - adequada descrição de elementos visuais e audiovisuais;
 - IV - recursos de acessibilidade compatíveis com as diferentes habilidades avaliadas, especialmente para candidatos com deficiência visual, auditiva ou motora;
 - V - ajustes razoáveis no formato de apresentação das avaliações, sem prejuízo da validade e comparabilidade dos resultados.

- 20.4. A contratada deverá prever mecanismos de atendimento especializado aos candidatos que demandem condições específicas para realização das avaliações, mediante solicitação prévia, incluindo adaptações compatíveis com o tipo de deficiência informada.

- 20.5. O não atendimento aos requisitos de acessibilidade poderá ensejar a aplicação das sanções contratuais cabíveis, sem prejuízo da adoção de medidas corretivas para garantia do direito de participação dos candidatos.

21. **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

- 21.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 21.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 21.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 21.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 21.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 21.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 21.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 21.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 21.9. A Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - SEEDF poderá revogar este Pregão por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.
- 21.10. A anulação do Pregão induz à do contrato.
- 21.11. As licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito da contratada de boa-fé de ser ressarcida pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.
- 21.12. É terminantemente proibida a utilização de mão de obra infantil na execução dos serviços, sendo que o descumprimento deste dispositivo implicará na rescisão imediata do contrato e aplicação de multa, sem prejuízo das sanções legais cabíveis, conforme estabelecido na Lei Distrital n.º 5.061 de 2013.
- 21.13. A licitante vencedora fica obrigada a respeitar os termos estipulados no Decreto nº 38.365 de 2017, que regulamenta a Lei nº 5.448 de 2015, o qual proíbe conteúdo discriminatório contra a mulher.
- 21.14. A licitante vencedora fica obrigada a respeitar os termos estipulados na Lei Distrital 5.757/2016, que criou o Programa de Estratégias para inserção de dependentes químicos no mercado de trabalho.
- 21.15. Deverão ser observadas as práticas de prevenção e apuração de denúncias de assédio moral ou sexual, nos termos estipulados no Decreto nº 44.701, de 05 de julho de 2023.
- 21.16. A contratada deverá observar a disposição da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD, comprometendo-se a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis repassados em decorrência da execução do contrato.
- 21.16.1. A contratada deverá ter ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e, se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com intuito de proteção dos dados pessoais repassados.
- 21.17. Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060.
- 21.18. Deverão ser observadas as boas práticas para o Desenvolvimento Social e Ambientalmente Sustentável e de Governança Corporativa, além de Transparência e Integridade nas Licitações e Contratações Públicas.
- 21.19. Deverão ser observadas as aplicações da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto nº 44.330/2023 ao presente procedimento licitatório.
- 21.20. Cumpre estabelecer a implementação no processo licitatório o disposto na Lei nº 6.112, de 02/02/2018, alterada pela Lei nº 6.176 de 16/07/2018 e pela Lei nº 6.308, de 13/06/2019 que dispõe sobre a obrigatoriedade da implantação do Programa de Integridade nas empresas que contratarem com a Administração Pública do Distrito Federal.
- 21.21. Deverão ser observadas as normas do Decreto nº 44.162, de 25 de janeiro de 2023, que determina em seu art. 5º que é obrigatório o cadastramento dos contratos administrativos, bem como dos respectivos termos aditivos, apostilamentos e termos de rescisão no Sistema de Gestão de Contratos - e-ContratosDF, sendo vedada a execução da despesa que não obedecer ao dispositivo legal.
- 21.22. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 21.23. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no site da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal.
- 21.24. As demais considerações deverão estar de acordo com os termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), do Decreto Distrital nº 44.330/2023 e demais legislações aplicáveis.
22. **DOS ANEXOS**
- 22.1. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- ANEXO I - Termo de Referência (id. 201309132);**
- (Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar id. 200613760);**
- ANEXO II - Minuta de Termo de Contrato;**
- ANEXO III - Declaração de Ciência e Termo de Responsabilidade;**
- ANEXO IV - Declaração para os fins do Decreto nº 39.860, de 30 de maio de 2019;**
- ANEXO V - Penalidades (Lei nº 14.133/2021, Decreto Distrital nº 44.330/2023 e Portaria nº 1.068, de 26 de agosto de 2024).**

Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060

ANEXO I DO EDITAL

TERMO DE REFERÊNCIA (ID. 201309132)

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM APLICAÇÃO DE TESTE DE PROFICIÊNCIA LINGUÍSTICA.

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. OBJETO

1.1.1. O objeto deste Termo de Referência é a pretensa contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de elaboração, aplicação e correção de testes de proficiência linguística, abrangendo as quatro competências (compreensão oral, compreensão escrita, produção oral e produção escrita), nos idiomas inglês, francês e espanhol, contemplando todas as etapas necessárias à execução do serviço, desde o planejamento e a logística de aplicação até a divulgação dos resultados e a análise de eventuais recursos administrativos eventualmente interpostos pelos estudantes, destinados a estudantes da rede pública de ensino do Distrito Federal, incluindo os Colégios Militares (Dom Pedro II e Tiradentes), no âmbito do Programa Pontes para o Mundo, conforme especificações, quantidades e condições estabelecidas neste Termo de Referência e seus anexos.

1.2. ESPECIFICIDADES DO OBJETO

1.2.1. A Aplicação de Testes de Proficiência Linguística é uma iniciativa da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF), por meio da Subsecretaria de Educação Básica (SUBEB), com a finalidade de certificar a proficiência em língua inglesa, língua francesa e língua espanhola dos estudantes da rede pública de ensino do Distrito Federal, visando à adequada alocação pedagógica e à organização das turmas no exterior.

1.2.2. Os testes de proficiência deverão observar as diretrizes do **Quadro Europeu Comum de Referência para Línguas (Common European Framework of Reference for Languages – CEFR)**, com a finalidade de aferir e identificar o nível de proficiência linguística dos estudantes, com base no desempenho nas quatro habilidades linguísticas essenciais — compreensão oral, compreensão escrita, produção oral e produção escrita.

1.2.3. Os resultados obtidos deverão indicar, de forma clara e objetiva, o **nível de proficiência alcançado por cada um**, conforme os parâmetros do CEFR, **para fins exclusivamente classificatórios**, no âmbito do processo seletivo do Programa Pontes para o Mundo, não se caracterizando como certificação formal de proficiência linguística.

1.2.4. O certificado emitido deverá fornecer uma nota global, bem como discriminar as pontuações obtidas em cada uma das 4 habilidades (compreensão oral e escrita e produção oral e escrita). A empresa contratada para a elaboração, aplicação e correção dos testes deverá fornecer suporte técnico e logístico durante todo o ciclo, da preparação à entrega dos certificados, deverá dispor de um sistema de gerenciamento de dados seguro para armazenar e analisar os resultados dos testes.

1.2.5. É importante frisar que a contratada deverá ser capaz de entregar e aplicar os testes de proficiência em digital prevendo que haja acessibilidade, também, para os candidatos com deficiência que realizarão os testes. **A acessibilidade deverá incluir Assistência Especializada para as diferentes necessidades e suas adaptações para os candidatos PCDs.**

1.2.6. A empresa será responsável por realizar os seguintes serviços:

Administração dos Testes: Realização da elaboração, aplicação e correção de testes de proficiência nas quatro habilidades linguísticas essenciais — compreensão oral, compreensão escrita, produção oral e produção escrita — em conformidade com as diretrizes do Quadro Europeu Comum de Referência para Línguas (CEFR), em formato online com aplicação presencial, destinados aos estudantes classificados para a realização do teste, conforme a língua por eles escolhida. A aplicação deverá ocorrer por meio de plataforma digital que assegure a confiabilidade, a validade e a comparabilidade dos resultados, mediante a adoção de mecanismos de controle adequados, tais como identificação inequívoca do candidato, padronização das condições de aplicação e registro auditável das etapas do exame, de modo a garantir a isonomia entre os participantes.

a) **Fornecimento de Testes:** A empresa contratada deverá dispor de todos os recursos necessários para a aplicação das provas em formato online com aplicação presencial. Deverá disponibilizar plataforma tecnológica adequada para a realização dos testes, assegurando a estabilidade do sistema, a proteção de dados e a integridade das informações. A contratada deverá, ainda, garantir ambiente seguro e antifraude para a aplicação do teste, mediante a adoção de mecanismos como autenticação de identidade do candidato.

b) **Medida de Desempenho:** Medida objetiva e precisa do desempenho dos estudantes nas quatro habilidades linguísticas (compreensão oral e escrita, produção oral e escrita) com base nas respostas aos testes.

c) **Provisões para estudantes com deficiências:** A empresa deverá oferecer versões adaptadas dos testes para estudantes com necessidades relacionadas a deficiências auditivas, visuais ou de aprendizagem, levando em consideração a melhor forma de atendê-los.

d) **Equipe de Aplicação:** A equipe responsável pela aplicação é de responsabilidade da empresa contratada. Fornecimento de pessoal devidamente capacitado para a aplicação dos testes, garantindo que sejam qualificados e preparados para conduzir o processo de forma adequada, com acompanhamento de 1 fiscal para cada 20 estudantes.

e) **Análise de Desempenho e Recurso:** Avaliação objetiva e resultados nas **4 habilidades** dos estudantes, a saber: **compreensão e produção oral, compreensão e produção escrita**, além da análise dos recursos dos testes nos diferentes idiomas.

f) **Manutenção e Assistência Técnica:** Fornecimento de suporte técnico e logístico durante todo o ciclo, do início das orientações dos testes à entrega dos resultados, garantindo que os testes sejam administrados de forma segura, sigilosa e eficaz, e que os resultados sejam precisos.

g) **Controle de Qualidade:** Implementação de procedimentos de controle de qualidade para garantir a integridade e a confiabilidade do processo de aplicação dos testes no formato online com aplicação presencial.

h) **Dados e Estatísticas:** A contratada deverá fornecer à SEEDF relatórios contendo os resultados dos testes em formato classificatório, organizados em ordem crescente de desempenho e sem ocorrência de empates, mediante a definição prévia de critérios de desempate. A classificação deverá considerar o desempenho dos candidatos nas quatro habilidades linguísticas (compreensão oral, compreensão escrita, produção oral e produção escrita), bem como demais informações relevantes. Os dados apresentados servirão de base para o monitoramento do nível de proficiência dos estudantes em língua inglesa, língua espanhola e língua francesa entre os classificados.

i) **Relatórios:** Ranking classificatório, de acordo com as normas estabelecidas no Edital nº 14/2026, que tornou público o processo seletivo de estudantes do Ensino Médio (EM) regular e do Ensino Médio integrado ou concomitante à Educação Profissional e Tecnológica (EPT), para participação em intercâmbio, por meio do Programa Pontes para o Mundo 2026. Os relatórios deverão ser disponibilizados nos formatos PDF e CSV.

j) **Cumprimento das Normas Técnicas:** Assegurar que todos os serviços e materiais desenvolvidos estejam em conformidade com as normas técnicas aplicáveis da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e outras regulamentações relevantes.

1.3. **NATUREZA DO OBJETO**

1.3.1. Nos termos do Art. 114 do [Decreto Distrital nº 44.330, de 16 de março de 2023](#) e do Art. 29 da [Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), a pretensa contratação caracteriza-se como aquisição de bens e serviços comuns, ou seja, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no edital, com base em especificações usuais de mercado. Dessa forma, a licitação poderá ser realizada por meio da modalidade Pregão, na forma eletrônica, com a utilização do Sistema de Registro de Preços (SRP), não havendo necessidade de inovações ou adaptações específicas por parte da Administração Pública.

1.3.2. Adicionalmente, nos termos do Art. 74 do [Decreto Distrital nº 44.330, de 16 de março de 2023](#) e Art. 20 da [Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), o objeto da contratação não se caracteriza como bem de luxo, estando em conformidade com os requisitos legais aplicáveis.

1.4. **CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO**

1.4.1. A contratação da aplicação de avaliações de proficiência para seleção de estudantes destinados a programas de intercâmbio internacional não se caracteriza como serviço de natureza continuada. Isso porque sua execução ocorre de forma pontual e esporádica, limitada a uma aplicação anual, sem demanda contínua ou necessidade de manutenção regular ao longo do tempo. Diferentemente dos serviços continuados, que visam atender necessidades permanentes da Administração, o objeto em questão atende a uma necessidade específica, com início, meio e fim claramente definidos em cada exercício. Assim, sua classificação adequada é como serviço não continuado, devendo sua contratação observar essa natureza eventual.

2. **DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A Fundamentação da necessidade da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. **PÚBLICO BENEFICIÁRIO**

3.1. Constitui público beneficiário da contratação em tela os estudantes regularmente matriculados na segunda série do Ensino Médio regular e do Ensino Médio integrado ou concomitante à Educação Profissional e Tecnológica (EPT), da rede pública de Ensino do Distrito Federal, incluindo os Colégios Militares (Dom Pedro II e Tiradentes), que forem selecionados para participação da segunda etapa do processo seletivo do Programa Pontes para o Mundo.

4. **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

4.1. O presente certame se processará por meio do pregão eletrônico e obedecerá, integralmente ao [Decreto Distrital nº 44.330, de 16 de março de 2023](#), e à [Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#) que estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e ainda, a Lei 4.611/2011, a Lei Complementar nº 123/2006, Lei nº 8.078 de 11/09/1990 (Código de Defesa do Consumidor); Lei nº 4.770/2012 (dispõe sobre critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de obras e serviços pelo Distrito Federal), portaria 1.068, de 26 de agosto de 2024, que estabelece procedimentos para apuração de responsabilidade e aplicação das sanções administrativas a licitantes e contratados no âmbito da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, bem como as condições estabelecidas no edital do pregão eletrônico e seu anexo bem como a Lei nº 9.784 de 29 de janeiro de 1999, que estabelece normas básicas sobre o processo administrativo no âmbito da Administração Federal direta e indireta, visando, em especial, à proteção dos direitos dos administrados e ao melhor cumprimento dos fins da Administração.

4.2. Entende-se, ainda, que a pretensa contratação também está fundamentada no Art. 2º do Decreto Distrital nº 28.754/2008, o qual determina que "A presente descentralização compreende, exclusivamente, a contratação de serviços ou bens, cuja prestação não possam sofrer solução de continuidade para atendimento das necessidades essenciais das instituições educacionais da rede pública de ensino do Distrito Federal". Excepcionalmente, o referido Decreto permite que a SEEDF seja excluída da observância do regime de centralização de licitações de compras, obras e serviços, desde que o objeto desta contratação não possa sofrer interrupções. Desta forma, justificamos a aplicação do Decreto Distrital nº 28.754/2008, considerando que o objeto desta contratação não pode ser descontinuado, por se tratar de serviço fundamental para a prestação das atividades pedagógicas da SEEDF.

4.3. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, podendo ser consultados no [Portal Compras](#), conforme detalhado a seguir:

I - Id do item no PCA: 44259

4.4. DA NÃO ADOÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.4.1. O Sistema de Registro de Preços (SRP), nos termos do art. 82 da Lei nº 14.133/2021 e do art. 190 do Decreto Distrital nº 44.330/2023, constitui instrumento aplicável a contratações que envolvam, entre outros aspectos, demandas frequentes, quantitativos incertos, execução parcelada ou atendimento a múltiplos órgãos ou entidades.

4.4.2. Conforme diretrizes da fase preparatória da contratação, especialmente aquelas relacionadas ao planejamento, à definição precisa do objeto e à estimativa de quantitativos, verificou-se que a presente contratação possui escopo previamente delimitado, com definição clara das quantidades e das condições de execução.

4.4.3. Nesse contexto, não se identificam os pressupostos fático-jurídicos que autorizam a adoção do SRP, uma vez que:

- I - a demanda não é frequente ou repetitiva, estando vinculada a ciclo específico de aplicação;
- II - não há previsão de execução parcelada nem de remuneração por unidade de medida ou tarefa;
- III - a contratação destina-se ao atendimento de necessidade específica de um único órgão; e
- IV - o quantitativo encontra-se previamente definido no planejamento da contratação, não havendo indeterminação relevante.

4.4.4. Ressalta-se que, conforme orientação consolidada em pareceres referenciais da Procuradoria-Geral do Distrito Federal, compete ao gestor promover a adequada subsunção da norma ao caso concreto, definindo o regime jurídico mais compatível com a natureza da demanda, a partir de critérios técnicos e de planejamento.

4.4.5. A adoção do SRP em desconformidade com seus pressupostos legais pode comprometer a adequada definição do objeto, a estimativa de custos e a eficiência da contratação, em desacordo com os princípios do planejamento e da seleção da proposta mais vantajosa previstos na Lei nº 14.133/2021.

4.4.6. Dessa forma, conclui-se que o Sistema de Registro de Preços não se mostra adequado à presente contratação, devendo o procedimento licitatório ser conduzido com definição prévia e integral dos quantitativos e das condições de execução.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERANDO TODO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

5.1. A descrição da solução como um todo se encontra pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**6.1. SUSTENTABILIDADE**

6.1.1. A Contratada deverá declarar que atende aos requisitos de sustentabilidade previstos no Art. 2º e 8º da Lei Distrital n.º 4.770, de 22 de fevereiro de 2012, bem como o Art. 2º do Decreto Distrital n.º 44.330 de 16 de março de 2023, o qual regulamenta a [Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021](#), Lei de Licitações e Contratos Administrativos, no âmbito da Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Distrito Federal.

6.1.2. No planejamento e na execução dos serviços, a Contratada deverá adotar práticas sustentáveis compatíveis com a **natureza, o porte e as peculiaridades do evento**, observando, sempre que aplicável, as seguintes diretrizes:

- I - Primar pela qualidade do item fornecido e manter critérios de qualificação de fornecedores/terceiros, levando em consideração também as ações ambientais por estes realizadas.
- II - Utilizar e fornecer, preferencialmente, produtos que causem menor impacto negativo ao ambiente.
- III - Manter política de boas práticas ambientais na gestão de suprimentos.
- IV - Evitar desperdício.
- V - Fazer uso racional de água, energia e adotar controles de nível de ruído e poluição.
- VI - Utilizar, preferencialmente, para transporte do item fornecido, veículos movidos a combustíveis que causem menor impacto ambiental.
- VII - Respeitar as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela ABNT sobre resíduos sólidos.

6.1.3. A contratada deverá respeitar as normas e os princípios ambientais, minimizando ou mitigando os efeitos dos danos ao meio ambiente, utilizando tecnologias e materiais ecologicamente corretos, atendendo aos critérios de sustentabilidade.

6.2. CONSÓRCIO E SUBCONTRATAÇÃO

6.2.1. A participação de consórcios de empresas no processo licitatório é permitida, mas depende da **justificação da Administração** no edital, conforme o Art. 15 da Lei nº 14.133/2021. A Administração pode admitir consórcios quando entender que a união de empresas é necessária para garantir a competitividade do certame e o atendimento das exigências técnicas ou econômicas do objeto licitado.

6.2.2. A participação em consórcio somente é utilizada em empreendimento de grande vulto, em que as empresas isoladamente não tenham condições de executar o objeto licitado, ou seja, a formação de consórcio somente ocorre em serviços complexos ou cujo tamanho exijam das licitantes elevada capacidade técnica ou mesmo econômica, sendo necessária a soma da experiência de várias empresas para se alcançar a qualificação solicitada no Termo de Referência e edital.

6.2.3. Via de regra, o Administrador público autoriza a participação de consórcio quando entende que a competitividade do certame licitatório poderá ser afetada pela inexistência ou pela escassez de empresas que isoladamente não teriam capacidade técnica e/ou econômica de concorrer em igualdades de condições, sendo assim necessária a união de várias empresas para atender as condições especificadas no edital.

6.2.4. É admitida a subcontratação parcial do objeto, nos termos do art. 122 da Lei nº 14.133/2021, até o limite autorizado, limitada às parcelas acessórias, permanecendo vedada a subcontratação das atividades consideradas essenciais ou de maior relevância técnica e valor significativo.

6.2.5. A subcontratação deverá observar os limites e condições estabelecidos neste Termo de Referência, permanecendo a contratada integralmente responsável pela execução do contrato, inclusive pelas atividades subcontratadas, nos termos da legislação vigente.

6.2.6. Poderão ser subcontratadas as seguintes parcelas acessórias do objeto:

6.2.6.1. Fornecimento de fones de ouvido com microfone (headsets) com entrada P2, quando necessário à execução dos serviços;

6.2.7. É vedada a subcontratação das atividades essenciais do objeto, notadamente aquelas relacionadas à disponibilização da plataforma tecnológica, aplicação das provas, monitoramento, segurança da informação e demais funcionalidades críticas do serviço contratado.

6.3. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

6.3.1. Para o fiel cumprimento das obrigações contratuais, será exigida da licitante vencedora a prestação de garantia no ato da assinatura do instrumento contratual no valor correspondente a **5% do montante** do contrato, mediante uma das seguintes modalidades:

- I - caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;
- II - seguro-garantia;
- III - fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

6.3.2. O adjudicatário convocado deverá apresentar, no momento da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia no valor e nas condições descritas.

6.3.3. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os [arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021](#), no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.

6.3.4. Em caso opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no prazo mínimo estabelecido no edital, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, nos termos do § 3º do art. correspondente da legislação aplicável.

6.3.5. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.

6.3.6. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

6.4. PROIBIÇÃO DE MÃO DE OBRA INFANTIL

6.4.1. A Contratada deve declarar que não utiliza mão de obra direta ou indireta de menores de 18 anos, nos termos da [Lei Distrital nº 5.061, de 08 de março de 2013](#), para a realização de trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres, bem como não utiliza, para qualquer trabalho, mão de obra direta ou indireta de menores de 16 anos, exceto na condição de aprendiz, a partir de 14 anos (conforme [inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal](#)), sob pena de extinção do contrato e a aplicação de multa, sem prejuízo das sanções legais cabíveis.

6.5. CONTEÚDO DISCRIMINATÓRIO CONTRA A MULHER

6.5.1. A CONTRATADA fica obrigada a respeitar os termos estipulados no [Decreto nº 38.365](#), publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 143, de 27 de julho de 2017, que regulamenta a [Lei nº 5.448, de 12 de janeiro de 2015](#), que proíbe conteúdo discriminatório contra a mulher.

6.5.2. A CONTRATADA deverá preferencialmente realizar a contratação de mulheres vítimas de violência doméstica e oriundas ou egressos do sistema prisional.

6.6. REGRA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS - LGPD

6.6.1. A CONTRATADA deverá obedecer ao regulamentado pela [Lei nº 13.709/2018](#) - Lei Geral de Proteção de Dados, recepcionado pelo [Decreto Distrital nº 45.771/2024](#), sendo necessário atender suas determinações para que esta Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal e seus agentes não venham a incorrer em sanções pelo descumprimento da referida Lei.

6.7. DA ACESSIBILIDADE

6.7.1. A solução tecnológica a ser disponibilizada para aplicação dos testes em formato online com aplicação presencial deverá observar, obrigatoriamente, os requisitos de acessibilidade aplicáveis, de modo a assegurar o pleno acesso e participação de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, em condições de igualdade com os demais candidatos.

6.7.2. A plataforma utilizada deverá estar em conformidade com as diretrizes do Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico (e-MAG), instituído no âmbito do Governo Federal, disponível em e-MAG, bem como com demais normas e padrões técnicos de acessibilidade digital vigentes.

6.7.3. A contratada deverá garantir, no mínimo:

- I - compatibilidade com tecnologias assistivas, tais como leitores de tela e ampliadores de conteúdo;
- II - possibilidade de navegação por teclado;
- III - adequada descrição de elementos visuais e audiovisuais;
- IV - recursos de acessibilidade compatíveis com as diferentes habilidades avaliadas, especialmente para candidatos com deficiência visual, auditiva ou motora;
- V - ajustes razoáveis no formato de apresentação das avaliações, sem prejuízo da validade e comparabilidade dos resultados.

6.7.4. A contratada deverá prever mecanismos de atendimento especializado aos candidatos que demandem condições específicas para realização das avaliações, mediante solicitação prévia, incluindo adaptações compatíveis com o tipo de deficiência informada.

6.7.5. O não atendimento aos requisitos de acessibilidade poderá ensejar a aplicação das sanções contratuais cabíveis, sem prejuízo da adoção de medidas corretivas para garantia do direito de participação dos candidatos.

7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**7.1. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO**

7.1.1. A execução dos serviços deverá ser realizada de forma planejada, padronizada e controlada, assegurando a qualidade, a confiabilidade e a isonomia dos resultados obtidos, em consonância com as disposições deste Termo de Referência.

7.1.2. Os serviços serão executados conforme cronograma previamente definido pela Administração, respeitando-se os quantitativos estabelecidos, os prazos fixados e a disponibilidade orçamentária, não sendo admitida execução sob demanda variável ou regime de fornecimento continuado.

7.1.3. Compete à empresa contratada a execução integral dos serviços, em formato online com aplicação presencial, compreendendo a elaboração, aplicação, correção e entrega final dos resultados dos testes de proficiência, como forma de seleção, nos idiomas inglês, espanhol e francês, incluindo todas as providências técnicas, operacionais, logísticas e administrativas necessárias à adequada execução do objeto.

7.2. PLANEJAMENTO

7.2.1. Compete à Administração estabelecer previamente as diretrizes, parâmetros e condições gerais para a execução dos serviços, incluindo cronograma, quantitativos, público-alvo, prazos e demais requisitos necessários à adequada realização das avaliações, em consonância com os objetivos do Programa e com o calendário oficial da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal.

7.2.2. Com base nas diretrizes definidas pela Administração, a empresa contratada deverá elaborar e apresentar plano de execução detalhado, contemplando, no mínimo: a organização das aplicações, a metodologia adotada, a distribuição dos participantes por sessões, os procedimentos operacionais e os recursos tecnológicos a serem utilizados, considerando a realização das avaliações em formato exclusivamente digital/online.

7.2.3. O plano de execução deverá observar integralmente as diretrizes do Programa Pontes para o Mundo – 2ª edição, bem como os prazos e condições estabelecidos pela Administração, sendo submetido à aprovação do gestor do contrato, com apoio da área demandante, antes do início da execução.

7.2.4. A aprovação do plano de execução não exime a contratada de sua responsabilidade pela adequada execução dos serviços, devendo assegurar a conformidade com os padrões de qualidade, segurança e confiabilidade estabelecidos neste Termo de Referência.

7.2.5. Eventuais ajustes no planejamento deverão ser formalmente justificados pela contratada e submetidos à análise e aprovação da Administração, vedadas alterações que comprometam o escopo, os prazos ou a comparabilidade dos resultados.

7.3. PREPARAÇÃO TÉCNICA

7.3.1. A contratada deverá realizar, previamente à aplicação das avaliações, todas as atividades de preparação técnica necessárias à adequada execução do objeto, assegurando o pleno funcionamento da solução tecnológica, a integridade dos instrumentos avaliativos e a confiabilidade do processo.

7.3.2. A preparação técnica compreenderá, no mínimo:

- I - parametrização da plataforma digital de aplicação, de acordo com os requisitos definidos pela Administração, incluindo configuração de perfis de acesso, estrutura das avaliações e critérios de avaliação;
- II - inserção, organização e validação dos instrumentos avaliativos, observando os parâmetros técnicos e metodológicos estabelecidos;
- III - realização de testes operacionais e simulações completas do ambiente de aplicação, com vistas à verificação de desempenho, estabilidade, escalabilidade e segurança da plataforma;
- IV - validação dos mecanismos de autenticação dos candidatos;
- V - verificação da compatibilidade da plataforma com diferentes dispositivos, navegadores e tecnologias assistivas, assegurando condições adequadas de acesso aos participantes;

7.3.3. A contratada deverá submeter à Administração evidências da realização das etapas de preparação técnica, incluindo relatórios de testes e validações, como condição para autorização da aplicação das avaliações.

7.3.4. A preparação técnica deverá ser concluída dentro dos prazos estabelecidos no cronograma aprovado, sendo vedado o início da aplicação das avaliações sem a devida validação prévia pela Administração.

7.4. APLICAÇÃO DOS TESTES

7.4.1. Após a assinatura do contrato, a contratada será informada sobre os 2 (dois) dias distintos de aplicação dos testes de proficiência linguística, **com antecedência mínima de 7 (sete) dias corridos em relação à data de realização dos testes**.

7.4.2. A aplicação das avaliações de proficiência linguística será realizada exclusivamente em formato online com aplicação presencial, por meio de plataforma tecnológica disponibilizada pela contratada, devendo atender aos requisitos de segurança, estabilidade, acessibilidade e confiabilidade estabelecidos neste Termo de Referência.

7.4.3. A plataforma utilizada para a aplicação dos testes deverá ser acessível por meio de computadores fornecidos pela SEEDF, assegurando a plena execução das funcionalidades necessárias à realização das provas, sem prejuízo da integridade, da isonomia e da confiabilidade do processo avaliativo.

7.4.4. A execução da aplicação observará o cronograma previamente definido pela Administração, com a indicação das datas, horários e quantitativos de participantes, devendo tais prazos ser estabelecidos, em dias úteis, de modo a assegurar compatibilidade com a rotina administrativa e adequada fiscalização contratual.

7.4.5. A aplicação das avaliações deverá assegurar a identificação inequívoca dos candidatos, mediante mecanismos de autenticação compatíveis com o ambiente digital, de forma a garantir a lisura e a integridade do processo avaliativo.

7.4.6. As avaliações deverão ser realizadas de forma padronizada, garantindo condições equivalentes a todos os participantes, inclusive quanto ao tempo de prova, interface de acesso, instruções e critérios de avaliação, de modo a assegurar a comparabilidade dos resultados.

7.4.7. A contratada será responsável pela logística de aplicação dos testes em locais disponibilizados, previamente, pela SEEDF.

7.4.8. Compete à contratada fornecer aos estudantes fones de ouvido com microfone (headsets) com entrada P2 necessários à realização dos testes.

7.4.9. A aplicação das avaliações deverá contemplar todas as competências linguísticas previstas neste Termo de Referência — compreensão oral, compreensão escrita, produção oral e produção escrita — em conformidade com os parâmetros técnicos estabelecidos.

7.5. **TESTES**

7.5.1. Os testes de proficiência linguística deverão avaliar, obrigatoriamente, as quatro competências essenciais: compreensão oral, compreensão escrita, produção escrita e produção oral.

7.5.2. A metodologia de avaliação deverá estar alinhada ao Quadro Europeu Comum de Referência para Línguas (CEFR/MCER), assegurando a padronização dos níveis de proficiência e a comparabilidade internacional dos resultados obtidos.

7.5.3. As avaliações deverão ser estruturadas de forma integrada e coerente com os níveis de proficiência definidos, observando critérios técnicos objetivos, consistentes e previamente estabelecidos.

7.5.4. As avaliações de produção oral deverão ser realizadas por avaliadores devidamente qualificados, por meio de recursos tecnológicos adequados ao ambiente digital, assegurando condições que evitem interferências externas e garantam a qualidade da captação de áudio e/ou vídeo.

7.5.5. A contratada deverá fornecer plataforma digital, conteúdos, interfaces e demais elementos indispensáveis à adequada execução das avaliações que contemplem as 4 habilidades.

7.6. **CORREÇÃO, CONSOLIDAÇÃO E RESULTADOS**

7.6.1. A correção e avaliação dos testes serão de responsabilidade exclusiva da contratada, devendo observar critérios técnicos objetivos, padronizados e previamente definidos, em conformidade com a metodologia adotada e os parâmetros do Quadro Europeu Comum de Referência para Línguas (CEFR/MCER).

7.6.2. A contratada deverá disponibilizar relatórios consolidados à Administração no prazo máximo de até 5 (cinco) dias úteis após a realização das avaliações.

7.6.3. A contratada deverá elaborar e encaminhar à Administração o relatório consolidado dos resultados, contendo, Ranking classificatório, de acordo com as normas estabelecidas no Edital nº 14/2026, que tornou público o processo seletivo de estudantes do Ensino Médio (EM) regular e do Ensino Médio integrado ou concomitante à Educação Profissional e Tecnológica (EPT), para participação em intercâmbio, por meio do Programa Pontes para o Mundo 2026.

7.6.4. Todos os resultados e relatórios deverão ser disponibilizados em formato digital estruturado, que permita sua análise, armazenamento e eventual integração com sistemas da Administração.

7.6.5. A contratada deverá assegurar a rastreabilidade dos resultados, mantendo registros auditáveis de todas as etapas de correção e consolidação, de modo a garantir a transparência e a confiabilidade do processo.

7.6.6. O tratamento e a divulgação dos resultados deverão observar rigorosamente as normas de proteção de dados pessoais, sendo vedada qualquer utilização das informações para finalidade diversa da prevista nesta contratação.

7.7. **RECURSOS ADMINISTRATIVOS DOS ESTUDANTES**

7.7.1. A contratada deverá disponibilizar e-mail para recebimento, análise e resposta aos recursos administrativos interpostos pelos estudantes, referentes aos resultados das avaliações de proficiência linguística.

7.7.2. Os prazos e procedimentos para interposição de recursos deverão ser definidos em conjunto com a Administração e divulgados previamente aos candidatos, sendo estabelecidos, preferencialmente, em dias úteis, de modo a assegurar clareza, previsibilidade e adequada gestão do processo.

7.7.3. Os recursos interpostos deverão ser analisados pela contratada com base em critérios técnicos objetivos, assegurando tratamento isonômico a todos os candidatos.

7.7.4. A contratada deverá apresentar resposta fundamentada dos recursos no prazo máximo de até 6 (seis) dias após o encerramento do prazo para interposição, salvo disposição diversa estabelecida pela Administração.)

7.7.5. Caso o recurso resulte em alteração do resultado inicialmente divulgado, a contratada deverá proceder à devida atualização dos registros individuais e do relatório consolidado, garantindo a rastreabilidade das alterações realizadas.

7.7.6. Caberá à Administração o acompanhamento e a supervisão do tratamento dos recursos, podendo solicitar esclarecimentos adicionais, sem prejuízo da responsabilidade técnica da contratada.

7.7.7. A contratada deverá manter registro auditável de todos os recursos recebidos, análises realizadas e decisões proferidas, assegurando a transparência e a integridade do processo.

7.8. **PRODUTOS ESPERADOS**

7.8.1. A contratada deverá entregar à Administração os produtos decorrentes da execução do objeto, compreendendo relatórios consolidados, bases de dados estruturadas e ranking classificatório, aptos a subsidiar o processo seletivo, o monitoramento da proficiência linguística dos estudantes e a formulação de políticas educacionais.

7.8.2. O resultado deverá ser apresentado de acordo com as normas estabelecidas no Edital nº 14/2026 do Programa.

7.8.3. Constitui produto principal da contratação a elaboração de ranking classificatório dos estudantes, a ser utilizado para definição dos candidatos contemplados com a participação no programa de intercâmbio, devendo:

- I - ser estruturado separadamente por idioma (língua inglesa, língua espanhola e língua francesa);
- II - ser estruturado por regional de ensino;
- III - classificação do cadastro de reserva;
- IV - considerar o desempenho global dos candidatos nas quatro competências linguísticas avaliadas;
- V - ser organizado em ordem estritamente classificatória, sem ocorrência de empates, mediante aplicação de critérios objetivos de desempate previamente definidos;
- VI - permitir a identificação clara dos candidatos aptos à classificação dentro das vagas previstas no programa.
- VII - apresentar segmentação por perfis de origem dos estudantes, contemplando:
 - a) estudantes do Ensino Médio Regular;
 - b) estudantes dos Centros de Ensino Médio Integrados (CEMIs);
 - c) estudantes da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) concomitante;
 - d) estudantes da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) integrada;
 - e) estudantes dos colégios militares, com identificação individualizada por instituição.

7.8.4. Deverão ser entregues relatórios de desempenho individual para todos os estudantes avaliados, contemplando:

- I - os estudantes previamente avaliados no processo seletivo (até 1.200 participantes);

7.8.5. A contratada deverá fornecer relatórios consolidados contendo os resultados dos testes em formato classificatório e analítico, possibilitando a visualização agregada do desempenho dos candidatos por idioma e por grupos de interesse.

7.8.6. Os produtos descritos neste item deverão ser apresentados em formatos que viabilizem sua análise, utilização e armazenamento pela Administração, incluindo, no mínimo:

- I - relatórios analíticos em formato PDF;
- II - bases de dados em formato aberto e estruturado (CSV ou equivalente);

7.8.7. Todos os produtos deverão ser entregues nos prazos estabelecidos pela Administração, com garantia de integridade, consistência e rastreabilidade das informações apresentadas.

7.9. **RESPONSABILIDADE E CORREÇÃO DE FALHAS NA EXECUÇÃO**

7.9.1. A contratada será responsável pela adequada execução dos serviços, devendo assegurar a qualidade técnica, a consistência metodológica e a conformidade com as condições estabelecidas neste Termo de Referência ao longo de todas as etapas do objeto.

7.9.2. Eventuais falhas, inconsistências ou irregularidades identificadas durante a execução dos serviços deverão ser imediatamente corrigidas pela contratada, mediante determinação da Administração, no prazo por esta estabelecido, contado em dias úteis.

7.9.3. A responsabilidade da contratada durante a execução abrange a adoção de todas as medidas necessárias à continuidade regular do serviço, incluindo ajustes operacionais, correções de procedimentos e adequações técnicas que se façam necessárias.

- 7.9.4. As ações corretivas realizadas no curso da execução não ensejarão qualquer pagamento adicional, sendo de inteira responsabilidade da contratada os custos operacionais, técnicos e administrativos delas decorrentes.
- 7.9.5. O saneamento de falhas durante a execução não afasta a possibilidade de aplicação das sanções administrativas cabíveis, nos termos da legislação vigente e do contrato.
- 7.10. **ESPECIFICAÇÃO DA GARANTIA DO SERVIÇO**
- 7.10.1. Após o recebimento dos produtos, a contratada permanecerá responsável pela correção de eventuais falhas, inconsistências ou vícios identificados nos resultados, relatórios ou bases de dados entregues, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.
- 7.10.2. A responsabilidade prevista neste item refere-se à fase posterior à entrega dos produtos, abrangendo a necessidade de ajustes para assegurar a conformidade, integridade e confiabilidade das informações disponibilizadas à Administração.
- 7.10.3. A correção de falhas nesta etapa deverá ser realizada sem ônus adicional para a Administração, incluindo revisão de resultados, reprocessamento de dados, reemissão de relatórios e demais providências necessárias.
- 7.10.4. Não se aplica à presente contratação a garantia típica de bens de consumo prevista na Lei nº 8.078/1990, devendo a responsabilidade da contratada ser aferida conforme a natureza do serviço contratado.
- 7.10.5. A realização de correções após o recebimento não afasta a aplicação de sanções administrativas cabíveis, quando caracterizado descumprimento das obrigações contratuais.
8. **MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**
- 8.1. **CONTRATO**
- 8.1.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da [Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 8.1.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 8.1.3. As comunicações entre a SEEDF e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 8.1.4. A SEEDF poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 8.1.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
- 8.1.6. Antes da formalização da contratação, deverá ser realizada a verificação da regularidade da futura contratada nos cadastros pertinentes, em especial no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), a fim de assegurar a inexistência de impedimentos para contratar com a Administração Pública.
- 8.2. **PRAZO DE VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO**
- 8.2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da [Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), podendo ser prorrogado por igual período.
- 8.2.2. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.
- 8.3. **REAJUSTE**
- 8.3.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis pelo período de um ano, contado a partir da data do orçamento estimado o qual foi realizado no dia 27 de abril de 2026.
- 8.3.2. Após o período estipulado no item anterior, qualquer alteração posterior à assinatura do Contrato, no que tange a reajuste de preço, seguirá o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), conforme preconizado no art. 3º, II do Decreto Distrital nº 37.121/2016 e alterações posteriores, bem como aos termos do art. 3º, *caput* e § 1º da Lei nº 10.192/2001, art. 6º, inciso LVIII, da [Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), mediante Termo de Apostilamento assinado entre as Partes, com data-base vinculada à data do orçamento estimado, conforme art. 25, §7º, da [Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#).
- 8.4. **PREPOSTO**
- 8.4.1. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.
- 8.4.2. A Contratada não está obrigada a manter preposto da empresa nas localidades da execução do objeto.
- 8.4.3. A Contratante poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 8.4.4. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.
- 8.5. **OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**
- 8.5.1. Proporcionar as condições necessárias e suficientes para que a empresa Contratada possa desempenhar o fornecimento, dentro das normas contratuais.
- 8.5.2. Fornecer à contratada, no prazo de até 3 (três) dias úteis após a assinatura do contrato, os dados dos candidatos e os critérios de desempate.
- 8.5.3. Observar o cumprimento dos requisitos de qualificação exigidos neste Termo de Referência, solicitando à Contratada as substituições que se verificarem necessárias.
- 8.5.4. Aplicar à Contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis.
- 8.5.5. Efetuar, quando julgar necessário, inspeção com a finalidade de verificar as condições de fornecimento e o atendimento das exigências contratuais.
- 8.5.6. Exercer a fiscalização e supervisão do serviço, por servidores designados, podendo sustar ou recusar qualquer produto que não esteja de acordo com as condições e exigências especificadas.
- 8.5.7. Receber o serviço entregue pela Contratada, que esteja em conformidade com este Termo de Referência.
- 8.5.8. Recusar com a devida justificativa, qualquer serviço executado fora das especificações constantes na proposta da Contratada.
- 8.5.9. Notificar previamente à Contratada, quanto ao dever de corrigir o serviço executado de forma inadequada ou substituir ou reparar materiais que apresentem defeitos e/ou da aplicação de penalidades.
- 8.5.10. Emitir Notas de Empenho para a materialização da despesa durante a vigência do Contrato.
- 8.5.11. Atestar as Notas Fiscais/Fatura após a efetiva entrega do objeto deste Termo de Referência, pelo fiscal responsável pelo contrato, comprovando a entrega do material/serviço, se constatada a conformidade com as especificações e padrões de qualidade exigidos.
- 8.5.12. Efetuar os pagamentos devidos, no **prazo máximo de 30 dias**, contados a partir da data de apresentação da Nota Fiscal ao setor responsável da SEEDF, e desde que o documento de cobrança esteja em condições de liquidação e pagamento.
- 8.5.13. Notificar, por escrito, a Contratada de quaisquer falhas verificadas no cumprimento do Contrato, da aplicação de eventuais multas, da suspensão do fornecimento, da distribuição e da sustação do pagamento de quaisquer faturas.
- 8.5.14. Verificar a exatidão das informações apresentadas ao Pregoeiro(a), antes e/ou após a adjudicação/execução do contrato.
- 8.5.15. Acompanhar, fiscalizar, controlar o recebimento e os requisitos de qualificação, ficando também responsável pela validação do objeto entregue pela Contratada, solicitando as substituições que se verificarem necessárias.
- 8.5.16. Fornecer a qualquer tempo mediante solicitação escrita da Contratada, ressalvados os casos de urgência, informações adicionais para dirimir as dúvidas e orientá-la em todos os casos omissos do Contrato.
- 8.5.17. Comunicar à Contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com a execução do objeto deste Termo de Referência.
- 8.5.18. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pela Contratada ou por seus prepostos.

8.5.19. Determinar à Contratada a substituição de qualquer profissional vinculado a esta cuja atuação, permanência ou comportamento sejam considerados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina da repartição ou ao interesse da Administração Pública.

8.6. **OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

8.6.1. Proceder a realização do serviço em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste Termo de Referência.

8.6.2. Entregar os serviços de acordo com sua proposta, respeitando integralmente as especificações técnicas e demais condições deste Termo de Referência.

8.6.3. Indicar um representante, aceito pela Contratante, durante o período de vigência do contrato, para representá-la administrativamente sempre que necessário.

8.6.4. Repor ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do Contrato, caso sejam verificados vícios, defeitos ou incorreções resultantes de serviços mal executados, no **prazo máximo de 15 dias**, contados da data de notificação que lhe for entregue oficialmente, respeitados os dispostos na Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

8.6.5. Recolher todos os impostos, taxas, tarifas, contribuições, estaduais e municipais, que incidam ou venham a incidir sobre a contratação dos serviços e apresentar os respectivos comprovantes, quando solicitados pela SEEDF.

8.6.6. Assumir todas as despesas necessárias à execução dos serviços.

8.6.7. Assegurar à Administração o direito de fiscalizar, sustar e/ou recusar os serviços que não estejam de acordo com as condições estabelecidas neste Termo de Referência, ficando certo que, em nenhuma hipótese, a falta de fiscalização exime a contratada das responsabilidades pactuadas.

8.6.8. Respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências da SEEDF, quando aplicável.

8.6.9. Apresentar, sempre que solicitado, documentos que comprovem a execução do objeto contratado.

8.6.10. Comunicar à SEEDF qualquer anormalidade de caráter urgente referente à execução do serviço e prestar os esclarecimentos julgados necessários.

8.6.11. Manter as condições de habilitação e qualificação exigidas durante toda a vigência do contrato, informando à Contratante qualquer alteração.

8.6.12. Acatar as orientações do fiscal do contrato ou de seu substituto legal, prestando os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas.

8.6.13. Prestar esclarecimentos à Contratante sobre eventuais atos ou fatos que a envolvam, bem como relatar toda e qualquer irregularidade observada na execução do contrato.

8.6.14. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar, salvo quando devidamente autorizado pela SEEDF.

8.6.15. Assumir a responsabilidade:

I - pela execução dos serviços, respondendo civil, administrativa e penalmente por todos os danos, perdas e prejuízos que, por dolo ou culpa sua, de seus empregados, prepostos ou terceiros, vier a causar à Contratante ou a terceiros;

II - por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação vigente, não havendo vínculo empregatício entre seus empregados e a Contratante;

III - pelas providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas seus empregados durante a execução do contrato;

IV - por todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal relacionados à execução do contrato;

V - pelos encargos fiscais e comerciais e demais despesas decorrentes da execução do objeto do contrato;

VI - por todas as despesas decorrentes da execução dos serviços, incluindo tributos, encargos trabalhistas e previdenciários;

8.6.16. A inadimplência da contratada, com referência aos encargos estabelecidos no item anterior, não transfere à SEEDF a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto deste Termo de Referência, razão pela qual a contratada renuncia a qualquer vínculo de solidariedade com a Administração.

8.6.17. Comunicar à SEEDF, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, apresentando justificativa circunstanciada, ficando a critério da Administração a aprovação.

8.6.18. Executar os serviços com observância às normas técnicas, regulamentos e demais dispositivos legais aplicáveis.

8.6.19. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, não sendo essa responsabilidade excluída ou reduzida pela fiscalização ou acompanhamento da Administração.

8.6.20. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do contrato, vedada sua divulgação ou utilização para finalidade diversa da prevista neste Termo de Referência.

8.6.21. Cumprir integralmente a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD), adotando medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais a que tiver acesso em razão da execução contratual.

8.6.22. Orientar e treinar seus empregados, prepostos e colaboradores quanto às obrigações relativas à proteção de dados pessoais e à segurança da informação, assegurando o adequado tratamento das informações.

8.6.23. Não alegar desconhecimento das cláusulas e condições da contratação, das especificações técnicas ou das normas aplicáveis ao objeto como justificativa para o descumprimento de obrigações contratuais.

8.6.24. Observar as diretrizes relativas à prevenção e ao enfrentamento ao assédio moral e sexual no âmbito da Administração Pública do Distrito Federal, conforme disposto no Decreto Distrital nº 46.174, de 8 de agosto de 2024.

8.6.25. Cumprir, durante toda a execução contratual, a reserva legal de cargos para pessoas com deficiência, reabilitados da Previdência Social e aprendizes, nos termos da legislação vigente, especialmente o art. 16 da Lei nº 14.133/2021 e o art. 93 da Lei nº 8.213/1991.

8.7. **ROTINAS DE FISCALIZAÇÃO**

8.7.1. O Distrito Federal, por meio da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, designará em ato publicado no Diário Oficial do Distrito Federal (DODF), 1 ou mais gestores e fiscais do contrato (técnico e administrativo), representantes da Administração especialmente designados, conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da Lei nº 14.133/2021, ou pelos respectivos substitutos, podendo, ainda, ser designado o servidor responsável pelo recebimento, quando devidamente justificado, sendo permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essas atribuições.

8.7.2. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) Gestor e fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, aos quais competirão dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração nos termos do artigo 117, *caput*, da [Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#).

8.7.3. O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução do contrato.

8.7.4. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da [Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#).

8.7.5. Não obstante a Contratada ser a única e exclusiva responsável pela execução de todo o objeto deste Termo de Referência, a Contratante reservar-se-á no direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre a contratação.

8.7.6. O gestor e os fiscais do contrato serão auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-los com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

8.7.7. **Gestor do Contrato**

8.7.7.1. Cabe ao gestor do contrato:

a) coordenar as atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa e setorial, de que tratam os incisos II, III e IV do *caput* do art. 21, do Decreto Distrital nº 44.330 de 2023;

b) acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato das ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, e informar à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência;

c) acompanhar a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e de pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;

d) coordenar a rotina de acompanhamento e de fiscalização do contrato, cujo histórico de gerenciamento deverá conter todos os registros formais da execução, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prerrogativas contratuais, e elaborar relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;

e) coordenar os atos preparatórios à instrução processual e ao envio da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de que trata o inciso I do *caput* do art. 21, do Decreto Distrital nº 44.330 de 2023;

- f) elaborar o relatório final de que trata a alínea “d” do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei nº 14.133, de 2021, com as informações obtidas durante a execução do contrato;
- g) coordenar a atualização contínua do relatório de riscos durante a gestão do contrato, com apoio dos fiscais técnico, administrativo e setorial;
- h) emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, a constarem do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações conforme disposto em regulamento;
- i) realizar o recebimento definitivo do objeto do contrato referido no art. 27, do Decreto Distrital nº 44.330 de 2023, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais; e
- j) tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor competente para tal, conforme o caso.

8.7.8. **Fiscalização Técnica**

8.7.8.1. O fiscal técnico do contrato anotar, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas à execução contratual, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas, defeitos ou pendências observadas, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis quando ultrapassarem sua competência.

8.7.8.2. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

8.7.8.3. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

8.7.8.4. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

8.7.8.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

8.7.8.6. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

8.7.8.7. O fiscal técnico do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamentos e termos aditivos, podendo solicitar documentos comprobatórios pertinentes, quando necessário.

8.7.9. **Fiscalização Administrativa**

8.7.9.1. Caberá ao fiscal administrativo do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:

- I - prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, mediante a realização de atividades relacionadas ao controle de prazos, à verificação da manutenção das condições de habilitação da contratada, ao acompanhamento do empenho, do pagamento, das garantias, das glosas e da formalização de apostilamentos e termos aditivos, podendo solicitar documentos comprobatórios pertinentes, conforme o inciso II do art. 25 do Decreto Distrital nº 44.330, de 2023;
- II - atuar tempestivamente na solução de eventuais descumprimentos das obrigações contratuais, reportando ao gestor do contrato para adoção das providências cabíveis quando ultrapassar sua competência, conforme o inciso IV do art. 25 do Decreto Distrital nº 44.330, de 2023;
- III - examinar a regularidade no recolhimento das contribuições fiscais, trabalhistas e previdenciárias e, na hipótese de descumprimento, observar o disposto em ato do órgão competente.

8.8. **INFRAÇÕES E SANÇÕES**

8.8.1. Conforme o Artigo 142, do Decreto nº 44.330 de 16 de março de 2023, o qual regulamenta a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei de Licitações e Contratos Administrativos, no âmbito da Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Distrito Federal, os licitantes estarão sujeitos às infrações e sanções administrativas previstas nos arts. 155 e 156 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como na Portaria nº 1.068, de 26 de agosto de 2024, (dispõe procedimentos para apuração de responsabilidade e aplicação das sanções administrativas a licitantes e contratados no âmbito da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal), e às demais cominações previstas em regulamento específico que trata dos procedimentos de aplicação de sanções, resguardado o direito à ampla defesa e contraditório.

9. **CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

9.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo III para aferição da qualidade da prestação dos serviços.

9.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

- a) não produzir os resultados acordados,
- b) deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- c) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

9.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

9.4. A aferição da execução contratual para fins de pagamento será realizada por meio do Instrumento de Medição de Resultados (IMR), com base em indicadores objetivos de desempenho, observando os seguintes critérios:

- a) a unidade de medida adotada corresponderá ao lote de serviços efetivamente executados e entregues, compreendendo todas as etapas previstas no objeto contratual;
- b) a avaliação da execução considerará indicadores relacionados ao cumprimento de prazos, qualidade dos resultados, disponibilidade da plataforma tecnológica, atendimento aos usuários e integridade do processo avaliativo;
- c) cada indicador possuirá peso específico e será avaliado conforme faixas de desempenho previamente definidas, com atribuição de pontuação proporcional ao nível de atendimento;
- d) o resultado final da avaliação será apurado mediante cálculo do Índice de Desempenho (ID), obtido pela média ponderada dos indicadores estabelecidos;
- e) o pagamento devido à contratada será proporcional ao desempenho apurado, podendo sofrer glosas conforme as faixas de atendimento definidas no IMR;
- f) o não atingimento dos níveis mínimos de desempenho poderá ensejar, além de glosa, a aplicação das sanções cabíveis, nos termos do contrato;
- g) a metodologia completa de cálculo, pesos, indicadores e faixas de pagamento consta no Anexo III deste Termo de Referência.

9.5. **RECEBIMENTO**

9.5.1. Os serviços serão **recebidos provisoriamente, de forma sumária**, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo, conforme especificado neste termo de referência e na proposta, nos termos do art. 27 do Decreto nº 44.330/2023 e do Art. 140 da [Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#).

9.5.2. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

9.5.3. Não serão recebidos materiais/serviços com especificações em desacordo com as constantes neste Termo de Referência;

9.5.4. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

9.5.5. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

9.5.6. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

9.5.7. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.5.8. Salvo disposição em contrário constante do edital ou de ato normativo, os ensaios, os testes e as demais provas para aferição da boa execução do objeto do contrato exigidos por normas técnicas oficiais correrão por conta do contratado.

9.5.9. O recebimento provisório ocorrerá na data de entrega do objeto contratado, observadas as condições dispostas nos itens anteriores.

9.5.10. Os serviços serão **recebidos definitivamente no prazo de 05 dias**, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

- a) Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (§ 3º, art. 88, [Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#)).
- b) Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
- c) Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
- d) Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
- e) Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

9.5.11. Na hipótese da verificação a que se refere o **item anterior** não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo, sem prejuízo das medidas disciplinares cabíveis ao servidor omissivo;

9.5.12. A recusa ao recebimento do material/serviço, por qualquer motivo devidamente justificado, não acarretará a suspensão do prazo de entrega, ficando a contratada obrigada a retirar o material, substituí-lo ou complementar a entrega, sob pena de aplicação das penalidades disciplinares.

9.5.13. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

9.5.14. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

9.5.15. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança do bem, nem a ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou por este instrumento.

9.5.16. A Contratante poderá rejeitar, no todo ou em parte, o material/serviço executado em desacordo com as especificações e condições deste Termo de Referência ou com as normas legais ou técnicas pertinentes, por meio de termo circunstanciado, no qual deverá constar o motivo da não aceitação do objeto contratado.

9.5.17. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços prestados.

9.5.18. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

9.6. **LIQUIDAÇÃO**

9.6.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o **prazo de 30 dias** para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

9.6.2. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

9.6.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

9.6.4. A Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta online ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

9.6.5. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

9.6.6. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

9.6.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

9.6.8. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

9.6.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

9.6.10. Nos termos do art. 61 do Decreto n.º 32.598/2010 alterado pelos Decretos 37.815/2016 e 44.330/2023, para liquidação da despesa, é indispensável constar do processo:

- a) Nota de empenho;
- b) Atestado de recebimento do material, de prestação do serviço ou de execução da obra, emitido por agente credenciado, na primeira via do documento fiscal, salvo nos casos previstos no §1º do artigo 64 e no caso de o processo ter sido iniciado por meio do Sistema Eletrônico de Informações - SEI;
- c) Termo circunstanciado que comprove o recebimento do serviço ou a execução da obra, nos termos da alínea "b" do inciso I do artigo 140 da Lei nº 14.133, de 2021, emitido por agente ou comissão designada pela autoridade competente.
- d) Data, nome por extenso, em carimbo ou letra de forma, número de matrícula e cargo ou função, sob as assinaturas dos servidores que os instruírem o processo; e
- e) Documento eletrônico atestando a prestação do serviço relativo a um ou mais documentos fiscais, assinado por servidor ou comissão designado para tal ato, nos casos de os processos terem sido iniciados por meio do Sistema Eletrônico de Informações - SEI.

9.7. **PRAZO DE PAGAMENTO**

9.7.1. O pagamento será efetuado no **prazo de até 30 dias** contados da finalização da liquidação da despesa.

9.7.2. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, *pro rata tempore die*, de acordo com o Art. 3º, II do Decreto Distrital n.º 37.121/2016 e alterações posteriores.

9.8. **FORMA DE PAGAMENTO**

9.8.1. O pagamento será efetuado de acordo com as Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal, mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura de serviços e após atesto pelo Fiscal/Gestor do Contrato.

9.8.2. Para efeito de pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar, junto com os documentos fiscais, os demais documentos relacionados abaixo:

- a) CERTIFICADO DE REGULARIDADE DO FGTS - CRF

- b) CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO
- c) CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS
- d) CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS JUNTO AO GDF

- 9.8.3. Os pagamentos de despesas somente serão efetivados após sua regular liquidação e emissão de Previsão de Pagamento – PP, conforme o previsto no artigo 63, do Decreto nº 32.598, de 15 de Dezembro de 2010.
- 9.8.4. O pagamento somente será efetuado após o atesto, pelo servidor competente (gestor ou fiscal de contrato), do documento de cobrança apresentado pela Contratada.
- 9.8.5. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 9.8.6. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 9.8.7. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 9.8.8. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 9.8.9. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123/2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
- 9.8.10. É vedada a antecipação de pagamento, para cada faturamento.
- 9.8.11. Não será efetuado pagamento à Contratada enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.
- 9.8.12. Não será devido à Contratada pagamento de serviços previstos neste Termo de Referência que efetivamente não forem demandados por OS (Ordem de Serviço).
- 9.8.13. Todos os pagamentos serão realizados em estrita observação à instrução dos autos, descontando do valor total da fatura eventuais glosas apontadas pelos fiscais de contrato.
- 9.8.14. O pagamento será realizado em tantas parcelas quantas necessárias, conforme parcelamento das entregas.
- 9.8.15. Por força do Decreto Distrital 32.767/2011 e alterações posteriores, as empresas com sede ou domicílio no Distrito Federal, com créditos de valores iguais ou superiores a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), os pagamentos serão feitos exclusivamente, mediante crédito em conta corrente, em nome do beneficiário junto ao Banco de Brasília S/A – BRB.
- 9.8.16. Excluem-se das disposições do art. 6º do Decreto nº 32.767, de 17/02/2011:
- I - Os pagamentos a empresas vinculadas ou supervisionadas pela Administração Pública federal;
 - II - Os pagamentos efetuados à conta de recursos originados de acordos, convênios ou contratos que, em virtude de legislação própria, só possam ser movimentados em instituições bancárias indicadas nos respectivos documentos;
 - III - Os pagamentos a empresas de outros Estados da federação que não mantenham filiais ou representações no Distrito Federal e que venceram processo licitatório no âmbito deste ente federado.

9.9. CESSÃO DE CRÉDITO

- 9.9.1. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na [Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025](#), conforme as regras deste presente tópico.
- 9.9.2. As cessões de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, dependerão de prévia aprovação do contratante.
- 9.9.3. A eficácia da cessão de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, em relação à Administração, está condicionada à celebração por apostilamento, ao contrato administrativo.
- 9.9.4. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o [Art. 12 da Lei nº 8.429/1992](#), nos termos do [Parecer JI-01, de 18 de maio de 2020](#).
- 9.9.5. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 82, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2025 e Anexos).
- 9.9.6. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado

10. **FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR, FORMA DE FORNECIMENTO E REGIME DE EXECUÇÃO**

10.1. **FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA**

- 10.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**.

[Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#)

Art. 33. O julgamento das propostas será realizado de acordo com os seguintes critérios:

I - **menor preço**;

(...)

[Decreto Distrital nº 44.330, de 16 de março de 2023](#)

Art. 114. O pregão é a modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de **menor preço** ou o de maior desconto.

10.2. **ADJUDICAÇÃO**

- 10.2.1. A adjudicação será **por ITEM** considerando o valor global, conforme Decreto nº 44.330/23, Art. 197, § 3º e Súmula 247 do Tribunal de Contas da União.

10.3. **JUSTIFICATIVA PARA O NÃO PARCELAMENTO**

- 10.3.1. Nos termos da Súmula nº 247 do Tribunal de Contas da União, a adjudicação por itens deve ser priorizada em objetos divisíveis, desde que não haja prejuízo ao conjunto da contratação nem perda de economia de escala, com vistas à ampliação da competitividade.
- 10.3.2. Entretanto, no presente caso, a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de elaboração, aplicação e correção de testes de proficiência linguística — abrangendo, de forma integrada, as quatro competências avaliativas, em três idiomas distintos, bem como todas as etapas do processo (planejamento, logística, aplicação, correção, divulgação de resultados e análise de recursos) — apresenta elevado grau de interdependência técnica e operacional.
- 10.3.3. A eventual fragmentação do objeto, seja por etapa, idioma ou competência, poderia comprometer a padronização dos instrumentos avaliativos, a uniformidade dos critérios de correção e a comparabilidade dos resultados, além de gerar maior complexidade na gestão contratual, com aumento de custos administrativos e riscos à execução.
- 10.3.4. A não divisão do objeto da contratação para a aquisição de testes de proficiência linguística se justifica por diversas razões que visam garantir a eficácia, eficiência e qualidade do processo de contratação e dos serviços prestados. Abaixo, são apresentadas algumas justificativas para essa decisão:
- 10.3.5. **Gestão Complexa:** A divisão do objeto em parcelas individuais poderia resultar em uma gestão complexa de múltiplos contratos e fornecedores, aumentando a carga administrativa e os custos associados. Isso poderia prejudicar a coordenação das atividades, a qualidade dos serviços prestados e o cumprimento dos prazos estabelecidos.
- 10.3.6. **Economia de Escala:** A contratação de um único fornecedor para o fornecimento completo dos testes de proficiência linguística pode gerar economias de escala, permitindo negociações mais vantajosas em termos de preço e condições contratuais. Isso contribui para a eficiência financeira do processo de contratação.
- 10.3.7. **Clareza e Responsabilidade:** Consolidar o objeto em um único contrato proporciona maior clareza nas responsabilidades das partes envolvidas e na definição dos padrões de qualidade a serem seguidos. Isso facilita a gestão do contrato e garante uma melhor atribuição de responsabilidades pelos serviços prestados.
- 10.3.8. Nesse contexto, a **contratação por ITEM único, com critério de julgamento pelo menor preço global**, mostra-se mais adequada ao interesse público, por assegurar maior eficiência operacional, melhor controle da qualidade e adequada coordenação das atividades, não configurando afronta à Súmula nº 247 do TCU, uma vez que o parcelamento, no caso concreto, implicaria prejuízo à efetividade da contratação.

10.4. **REGIME DE EXECUÇÃO**

10.4.1. O regime de execução do contrato será empreitada por **preço global** conforme inciso XXIX do art. 6 da [Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#).

10.5. **EXIGÊNCIAS DA HABILITAÇÃO**

10.5.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

10.5.2. **Habilitação jurídica:**

- I - **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional.
- II - **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- III - **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- IV - **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU,** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- V - **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.
- VI - **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- VII - **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.
- VIII - **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).
- IX - **Empresas submetidas a recuperação judicial poderão participar do certame,** desde que demonstrem viabilidade econômica e apresentem plano de recuperação judicial devidamente homologado pelo judiciário, conforme preceitua as **decisões do TCDF nº 596/2024, 1.212/2024, 1.469/2024**.

10.5.2.1. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

10.5.2.2. Apresentar declaração da licitante assinada por seu Representante Legal que, caso seja declarada vencedora do processo licitatório, se responsabilizará por quaisquer danos causados por seus funcionários à União, ao Distrito Federal e aos servidores da SEEDF dentro da área e dependências onde serão prestados os serviços, bem como pelo desaparecimento de bens da União, do Distrito Federal e dos servidores da SEEDF e de terceiros, seja por dolo, culpa, omissão ou negligência dos mesmos.

10.5.3. **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- e) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal/ Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- f) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.
- g) Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- h) O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

10.5.4. **Qualificação técnica**

- a) Para fins de habilitação, a empresa licitante deverá comprovar sua Qualificação Técnica mediante a apresentação de, no mínimo, 1 atestado de Capacidade Técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove ter fornecido ou estar fornecendo serviços **compatíveis em características, quantidades e prazos** ao objeto desta licitação, conforme previsto neste Termo de Referência.
- b) Para comprovação do quantitativo, serão admitidos atestados de capacidade técnica que comprovem, **no mínimo, 25%** do quantitativo do(s) item(ns) para o(s) qual(is) a(s) interessada(s) esteja(m) apresentando proposta. Tal porcentagem está dentro do limite estabelecido no art. 67, § 2º da Lei nº 14.133/2021 e pela jurisprudência pacificada do Tribunal de Contas da União (TCU), conforme exemplificado nos Acórdãos nº 1.284/2003, 2.088/2004, 2383/2007 e 244/2015, todos do TCU Plenário, que estabelecem, como regra, o teto de 50%.
- c) Os atestados de capacidade técnica deverão conter nome, endereço e telefone do contato do atestador.
- d) A exigência do atestado de capacidade técnica decorre da especificidade do objeto, uma vez que se trata da aplicação de testes de proficiência em língua inglesa, língua espanhola e língua francesa que requerem instrumentos de avaliação reconhecidos internacionalmente, e a certificação dos resultados de acordo com o Quadro Europeu Comum de Referência para Línguas (CEFR). É essencial que os fornecedores demonstrem capacidade de realizar a aplicação e certificação de testes em larga escala, atendendo à demanda solicitada dentro do prazo acordado e com a qualidade adequada. Ademais, por se tratar de um serviço especializado, há inúmeros fornecedores com capacidade de fornecimento, não afetando o caráter competitivo do certame.
- e) Em observância ao princípio da razoabilidade e proporcionalidade, e em conformidade com o art. 67, da Lei nº 14.133/2021, será exigido atestado de capacidade técnica que comprove o quantitativo estimado apenas para o período de 12 meses de execução contratual. A adoção desse critério tem como finalidade assegurar que os licitantes demonstrem capacidade técnica compatível com a demanda anual, evitando a imposição de requisitos excessivos que possam restringir indevidamente a competitividade. Assim, o atestado de capacidade técnica deverá comprovar experiência anterior na execução de objeto de natureza e complexidade semelhantes, em volume equivalente ao consumo previsto para um ano, o que é suficiente para atestar a aptidão da empresa à plena execução do contrato.
- f) Para fins de diligência, a CONTRATANTE poderá solicitar a apresentação de notas de empenho e/ou notas fiscais de entidades públicas e privadas.

10.5.5. **Qualificação econômico-financeira:**

10.5.5.1. Conforme o Art. 69, da Lei Federal nº14.133/2021, justifica-se a exigência da habilitação econômico-financeira visando a demonstração da aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, devendo ser comprovada de forma objetiva, por coeficientes e índices econômicos previstos no edital, devidamente justificados no processo licitatório, e será restrita à apresentação da seguinte documentação:

- a) Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;
- b) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), art. 69, caput, inciso II);
- c) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 últimos exercícios sociais, comprovando:
 - I - Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1;

10.5.5.2. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 anos.

10.5.5.3. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

10.5.5.4. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo ou patrimônio líquido **mínimo de 5%** do valor total estimado da contratação.

- 10.5.5.5. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. ([Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), art. 65, §1º).
- 10.5.5.6. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.
- 10.5.5.7. Faz-se necessária a apresentação de qualificação econômico-financeira para garantir que a empresa ou pessoa física a ser Contratada possua os recursos e a estabilidade necessárias para cumprir com suas obrigações contratuais visto que as ações relativas a pretensa contratação, por suas características, necessitam **impreterivelmente** dos bens e serviços contratados para a sua realização. Esse tipo de análise permite avaliar a capacidade de uma organização de arcar com os custos envolvidos, evitando riscos financeiros que poderiam comprometer a execução do contrato e causar prejuízos à Administração Pública.
11. METODOLOGIA DE CÁLCULO
- 11.1. A fundamentação, as premissas adotadas, a memória de cálculo e o detalhamento da metodologia utilizada para definição dos quantitativos, bem como os respectivos documentos comprobatórios, encontram-se devidamente consolidados no Estudo Técnico Preliminar, que integra o processo administrativo.
12. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO
- 12.1. A estimativa da pretensa contratação será de **R\$ R\$ 369.576,00 (trezentos e sessenta e nove mil quinhentos e setenta e seis reais)**, acompanhadas dos preços unitários referenciais, bem como as memórias de cálculo e dos documentos utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos, realizada pela CONTRATANTE, por meio da Gerência de Pesquisa de Preço – GPESQ, com base em pesquisa de preços de mercado Pesquisa de Preços - SEE/SUAG/ULIC/DPROL/GPESQ (201245376), e de acordo com a Planilha de Formação de Custos e Quantidades apresentados no Anexo I deste Termo de Referência.
- 12.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
13. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
- 13.1. As despesas decorrentes do objeto deste Termo de Referência correrão à conta de recursos específicos a serem autorizados pela Subsecretaria de Administração Geral da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, de acordo com o Plano de Contratações Anual ou outros instrumentos de planejamento da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal.
14. FISCALIZAÇÃO ANTICORRUPÇÃO
- 14.0.1. Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate a Corrupção por meio do telefone 0800-6449060, conforme [Decreto Distrital nº 34.031, de 12 de dezembro de 2012](#).
15. DOCUMENTOS INTEGRANTES DO TERMO DE REFERÊNCIA
- 15.1. Integra o presente Termo Referência, como parte indissolúvel:
- 15.1.1. Anexo I - Planilha de Formação de Custos e Quantidades.
- 15.1.2. Anexo II - Carta de Apresentação do Preposto
- 15.1.3. Anexo III - Instrumento de Medição de Resultado (IMR)

APROVO tecnicamente o presente Termo de Referência e seus anexos,

Considerando os termos do §3º, do Art. 71º, do Decreto Distrital nº 44.330, de 16 de março de 2023, o qual regulamenta a [Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), Lei de Licitações e Contratos Administrativos, no âmbito da Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Distrito Federal, **APROVO** o Termo de Referência e seu Anexo, elaborado com base no Estudo Técnico Preliminar, o qual motiva a necessidade da contratação de empresa especializada para a **prestação de serviços de elaboração, aplicação e correção de testes de proficiência linguística**, considerando o Mapa de Riscos elaborado pela equipe de planejamento ratifico a veracidade de todas as informações exaradas assim como afirmo a ausência de direcionamento do objeto em tela.

IÊDES SOARES BRAGA
Subsecretária de Educação Básica

ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA
PLANILHA DE FORMAÇÃO DE CUSTOS E QUANTIDADES

ITEM	CATSER	PCA	DESCRIÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANTIDADE	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	18384	44259	Teste de Proficiência Linguística	<p>A contratação tem por objeto a prestação de serviços especializados de elaboração, aplicação e correção de testes de proficiência linguística, contemplando as quatro competências — compreensão oral, compreensão escrita, produção oral e produção escrita — nos idiomas inglês, francês e espanhol. O escopo abrange todas as etapas necessárias à execução do serviço, incluindo planejamento, preparação técnica, logística de aplicação, processamento dos resultados, divulgação e análise de eventuais recursos administrativos interpostos pelos candidatos.</p> <p>Os testes ofertados deverão possuir reconhecimento e aceitabilidade em processos seletivos de programas de intercâmbio educacional, assegurando confiabilidade e comparabilidade dos resultados.</p> <p>As avaliações deverão estar alinhadas ao Quadro Europeu Comum de Referência para Línguas (CEFR/MCER), contemplando todos os níveis de proficiência (A1, A2, B1, B2, C1 e C2), e apresentar, nos resultados, o desempenho individual por competência linguística, bem como o nível global de proficiência.</p> <p>A contratada deverá dispor de equipe técnica qualificada e devidamente capacitada para a condução de todas as etapas do processo avaliativo, especialmente no que se refere à aplicação e avaliação das competências produtivas (produção oral e escrita).</p> <p>A aplicação dos testes será realizada em formato online com aplicação presencial, devendo a contratada disponibilizar solução tecnológica adequada,</p>	unid.	1.200	307,98	369.576,00

				garantindo a estabilidade da plataforma, a segurança da informação, a integridade do processo avaliativo e o fornecimento de fones de ouvido com microfone (headsets). Além da responsabilidade da logística da aplicação dos testes. Compete ainda à contratada fornecer todos os instrumentos avaliativos necessários, realizar a organização e aplicação das avaliações, proceder à correção e ao processamento dos resultados, bem como emitir relatórios consolidados de desempenho, contendo o detalhamento das quatro competências linguísticas.				
VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO								R\$ 369.576,00

Observações:

- (I) Valores de Custo Unitário fornecidos pela Gerência de Pesquisa de Preços (Gpesq), conforme documento Pesquisa de Preços - SEE/SUAG/ULIC/DPROL/GPESQ (201245376).
- (II) O código CATSER foi indicado por similaridade, o que não exclui a necessidade de observância da descrição da especificação dos itens, podendo ser consultado no site: [Catálogo Compras.gov.br](http://Catalogo.Compras.gov.br).

ANEXO II DO TERMO DE REFERÊNCIA

CARTA DE APRESENTAÇÃO DO PREPOSTO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____/____

PROCESSO Nº ____/____

Pelo presente instrumento, a empresa _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, estabelecida no logradouro _____, vem indicar o Sr. _____, inscrito no CPF sob nº _____, portador do RG nº _____, telefone _____, e-mail _____ e endereço _____, como preposto titular e o Sr. _____, inscrito no CPF sob nº _____, portador do RG nº _____, telefone _____, e-mail _____ e endereço _____, como preposto substituto.

Brasília, ____ de _____ de _____.

Assinatura do Representante Legal

ANEXO III DO TERMO DE REFERÊNCIA

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)

(Modelo conforme Anexo V-B da IN nº 5/2017)

INDICADOR Nº 01 – CUMPRIMENTO DO CRONOGRAMA

Campo	Conteúdo
Descrição	Avalia o cumprimento dos prazos previstos para aplicação das provas, divulgação de resultados e entrega de relatórios.
Finalidade	Garantir a execução tempestiva dos serviços contratados.
Meta a cumprir	100% das etapas executadas dentro dos prazos estabelecidos.
Instrumento de medição	Cronograma aprovado, registros de aplicação e relatórios emitidos.
Forma de acompanhamento	Verificação documental pelo fiscal do contrato.
Periodicidade	Por ciclo de aplicação.
Mecanismo de cálculo	Nº de etapas cumpridas no prazo ÷ Nº total de etapas previstas.
Início de vigência	Data de assinatura do contrato.
Faixas de ajuste no pagamento	≥ 100% → 100% do valor da parcela ≥ 95% → 95% ≥ 90% → 90% < 90% → 80%
Sanções	Em caso de reincidência, aplicação de penalidades contratuais.
Observações	Considera todas as fases: aplicação, correção e entrega dos resultados.

INDICADOR Nº 02 – DISPONIBILIDADE E ESTABILIDADE DA PLATAFORMA

Campo	Conteúdo
Descrição	Avalia a disponibilidade e estabilidade da plataforma digital utilizada para aplicação das provas.
Finalidade	Assegurar acesso contínuo e adequado funcionamento do sistema.
Meta a cumprir	Disponibilidade mínima de 99% durante os períodos de aplicação.
Instrumento de medição	Logs do sistema, relatórios de uptime e registros de incidentes.

Campo	Conteúdo
Forma de acompanhamento	Análise técnica dos registros e validação pelo fiscal.
Periodicidade	Por aplicação.
Mecanismo de cálculo	Tempo de disponibilidade ÷ tempo total de aplicação.
Início de vigência	Primeira aplicação do exame.
Faixas de ajuste no pagamento	$\geq 99\% \rightarrow 100\%$ $97\% \text{ a } 98,99\% \rightarrow 95\%$ $95\% \text{ a } 96,99\% \rightarrow 85\%$ $< 95\% \rightarrow 70\%$
Sanções	Possibilidade de reaplicação sem ônus e aplicação de multa.
Observações	Deve suportar acesso por computador.

INDICADOR Nº 03 – QUALIDADE TÉCNICA DOS RESULTADOS

Campo	Conteúdo
Descrição	Avalia a consistência, confiabilidade e aderência metodológica dos resultados apresentados.
Finalidade	Garantir a validade técnica dos resultados das avaliações.
Meta a cumprir	100% dos resultados sem inconsistências relevantes.
Instrumento de medição	Análise técnica dos relatórios e auditoria amostral.
Forma de acompanhamento	Avaliação pelo fiscal técnico do contrato.
Periodicidade	Por entrega de resultados.
Mecanismo de cálculo	Nº de resultados válidos ÷ Nº total de resultados avaliados.
Início de vigência	Primeira entrega de resultados.
Faixas de ajuste no pagamento	$100\% \rightarrow 100\%$ $\geq 95\% \rightarrow 90\%$ $\geq 90\% \rightarrow 80\%$ $< 90\% \rightarrow 60\%$
Sanções	Refação dos produtos e aplicação de penalidades contratuais.
Observações	Deve observar padrões internacionais (ex.: CEFR).

INDICADOR Nº 04 – ATENDIMENTO E SUPORTE AO CANDIDATO

Campo	Conteúdo
Descrição	Avalia a qualidade e tempestividade do suporte prestado aos candidatos.
Finalidade	Garantir atendimento adequado durante todo o processo.
Meta a cumprir	Atendimento de 100% das demandas dentro do prazo estabelecido.
Instrumento de medição	Registros de chamados e relatórios de atendimento.
Forma de acompanhamento	Verificação pelo fiscal do contrato.
Periodicidade	Por ciclo de aplicação.
Mecanismo de cálculo	Nº de atendimentos realizados no prazo ÷ total de atendimentos.
Início de vigência	Início do período de inscrições.
Faixas de ajuste no pagamento	$\geq 100\% \rightarrow 100\%$ $\geq 95\% \rightarrow 95\%$ $\geq 90\% \rightarrow 90\%$ $< 90\% \rightarrow 80\%$
Sanções	Aplicação de penalidades em caso de falhas recorrentes.
Observações	Inclui suporte técnico e operacional.

INDICADOR Nº 05 – ENTREGA DOS PRODUTOS E RELATÓRIOS

Campo	Conteúdo
Descrição	Avalia a completude e qualidade dos relatórios e bases de dados entregues.
Finalidade	Garantir a adequada prestação de contas e utilização dos dados.
Meta a cumprir	100% dos produtos entregues completos e corretos.
Instrumento de medição	Conferência dos documentos entregues.
Forma de acompanhamento	Análise pelo fiscal do contrato.
Periodicidade	Por entrega.

Campo	Conteúdo
Mecanismo de cálculo	Nº de entregas conformes ÷ total de entregas previstas.
Início de vigência	Primeira entrega contratual.
Faixas de ajuste no pagamento	100% → 100% ≥ 95% → 90% ≥ 90% → 80% < 90% → 70%
Sanções	Retenção de pagamento até regularização.
Observações	Inclui relatórios consolidados.

(APÊNDICE DO ANEXO I - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR ID. 200613760)

ANEXO II DO EDITAL
MINUTA DE TERMO DE CONTRATO
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
AQUISIÇÕES – LICITAÇÃO

Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060

ÓRGÃO OU ENTIDADE PÚBLICA

(Processo Administrativo nº _____)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ____/____, QUE FAZEM ENTRE SI O DISTRITO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DO (A) _____ E _____ O Distrito Federal / Autarquia _____ / Fundação _____, (utilizar a menção ao Distrito Federal somente se for órgão da Administração Direta, caso contrário incluir o nome da autarquia ou fundação conforme o caso) por intermédio do(a) _____ (órgão contratante), com sede no(a) _____, na cidade de Brasília/DF, inscrito(a) no CNPJ sob o nº _____, neste ato representado(a) pelo(a) _____ (cargo e nome), nomeado(a) pela Portaria nº _____, de _____ de _____ de 20____, publicada no DOU de _____ de _____ de _____, portador da Matrícula Funcional nº _____, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) _____, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº _____, sediado(a) na _____, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por _____ (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa ou procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº _____ e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n.____/____, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (ART. 92, I E II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de elaboração, aplicação e correção de testes de proficiência linguística, abrangendo as quatro competências (compreensão oral, compreensão escrita, produção oral e produção escrita), nos idiomas inglês, francês e espanhol, contemplando todas as etapas necessárias à execução do serviço, desde o planejamento e a logística de aplicação até a divulgação dos resultados e a análise de eventuais recursos administrativos eventualmente interpostos pelos estudantes, destinados a estudantes da rede pública de ensino do Distrito Federal, incluindo os Colégios Militares (Dom Pedro II e Tiradentes), no âmbito do Programa Pontes para o Mundo nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						
2						
3						
...						

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do contratado;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de _____ contados do(a) _____, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

- 2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

OU

2.2. O prazo de vigência da contratação é de _____ contados do(a) _____, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

- 2.2.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.
- 2.3. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
- 2.4. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.
3. **CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (ART. 92, IV, VII E XVIII)**
- 3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.
4. **CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**
- 4.1. É admitida a subcontratação parcial do objeto, nos termos do art. 122 da Lei nº 14.133/2021, até o limite autorizado, limitada às parcelas acessórias, permanecendo vedada a subcontratação das atividades consideradas essenciais ou de maior relevância técnica e valor significativo.
- 4.2. A subcontratação deverá observar os limites e condições estabelecidos no Termo de Referência, permanecendo a contratada integralmente responsável pela execução do contrato, inclusive pelas atividades subcontratadas, nos termos da legislação vigente.
- 4.3. Poderão ser subcontratadas as seguintes parcelas acessórias do objeto:
- 4.3.1. Fornecimento de fones de ouvido com microfone (headsets) com entrada P2, quando necessário à execução dos serviços;
- 4.4. É vedada a subcontratação das atividades essenciais do objeto, notadamente aquelas relacionadas à disponibilização da plataforma tecnológica, aplicação das provas, monitoramento, segurança da informação e demais funcionalidades críticas do serviço contratado.
- 4.5. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.
- 4.6. A subcontratação depende de autorização prévia do contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.
- 4.7. O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.
- 4.8. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.
5. **CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (ART. 92, V)**
- 5.1. O valor mensal da contratação é de R\$ _____ (____), perfazendo o valor total de R\$ _____ (____).
- OU
- 5.2. O valor total da contratação é de R\$ _____ (____)
- 5.3. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
- 5.4. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.
6. **CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (ART. 92, V E VI)**
- 6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.
7. **CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (ART. 92, V)**
- 7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis pelo período de um ano, contado a partir da data do orçamento estimado o qual foi realizado no dia 27 de abril de 2026.
- 7.1.1. Após o período estipulado no item anterior, qualquer alteração posterior à assinatura do Contrato, no que tange a reajuste de preço, seguirá o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), conforme preconizado no art. 3º, II do Decreto Distrital nº 37.121/2016 e alterações posteriores, bem como aos termos do art. 3º, *caput* e § 1º da Lei nº 10.192/2001, art. 6º, inciso LVIII, da [Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), mediante Termo de Apostilamento assinado entre as Partes, com data-base vinculada à data do orçamento estimado, conforme art. 25, §7º, da [Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#).
- 7.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 7.3. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 7.4. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 7.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 7.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
8. **CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (ART. 92, X, XI E XIV)**
- 8.1. Proporcionar as condições necessárias e suficientes para que a empresa Contratada possa desempenhar o fornecimento, dentro das normas contratuais.
- 8.2. Fornecer à contratada, no prazo de até 3 (três) dias úteis após a assinatura do contrato, os dados dos candidatos e os critérios de desempate.
- 8.3. Observar o cumprimento dos requisitos de qualificação exigidos no Termo de Referência, solicitando à Contratada as substituições que se verificarem necessárias.
- 8.4. Aplicar à Contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis.
- 8.5. Efetuar, quando julgar necessário, inspeção com a finalidade de verificar as condições de fornecimento e o atendimento das exigências contratuais.
- 8.6. Exercer a fiscalização e supervisão do serviço, por servidores designados, podendo sustar ou recusar qualquer produto que não esteja de acordo com as condições e exigências especificadas.
- 8.7. Receber o serviço entregue pela Contratada, que esteja em conformidade com o Termo de Referência.
- 8.8. Recusar com a devida justificativa, qualquer serviço executado fora das especificações constantes na proposta da Contratada.
- 8.9. Notificar previamente à Contratada, quanto ao dever de corrigir o serviço executado de forma inadequada ou substituir ou reparar materiais que apresentem defeitos e/ou da aplicação de penalidades.
- 8.10. Emitir Notas de Empenho para a materialização da despesa durante a vigência do Contrato.
- 8.11. Atestar as Notas Fiscais/Fatura após a efetiva entrega do objeto do Termo de Referência, pelo fiscal responsável pelo contrato, comprovando a entrega do material/serviço, se constatada a conformidade com as especificações e padrões de qualidade exigidos.
- 8.12. Efetuar os pagamentos devidos, no **prazo máximo de 30 dias**, contados a partir da data de apresentação da Nota Fiscal ao setor responsável da SEEDF, e desde que o documento de cobrança esteja em condições de liquidação e pagamento.
- 8.13. Notificar, por escrito, a Contratada de quaisquer falhas verificadas no cumprimento do Contrato, da aplicação de eventuais multas, da suspensão do fornecimento, da distribuição e da sustação do pagamento de quaisquer faturas.
- 8.14. Verificar a exatidão das informações apresentadas ao Pregoeiro(a), antes e/ou após a adjudicação/execução do contrato.
- 8.15. Acompanhar, fiscalizar, controlar o recebimento e os requisitos de qualificação, ficando também responsável pela validação do objeto entregue pela Contratada, solicitando as substituições que se verificarem necessárias.
- 8.16. Fornecer a qualquer tempo mediante solicitação escrita da Contratada, ressalvados os casos de urgência, informações adicionais para dirimir as dúvidas e orientá-la em todos os casos omissos do Contrato.
- 8.17. Comunicar à Contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com a execução do objeto do Termo de Referência.

- 8.18. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pela Contratada ou por seus prepostos.
- 8.19. Determinar à Contratada a substituição de qualquer profissional vinculado a esta cuja atuação, permanência ou comportamento sejam considerados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina da repartição ou ao interesse da Administração Pública.
9. **CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (ART. 92, XIV, XVI E XVII)**
- 9.1. Proceder a realização do serviço em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência.
- 9.2. Entregar os serviços de acordo com sua proposta, respeitando integralmente as especificações técnicas e demais condições do Termo de Referência.
- 9.3. Indicar um representante, aceito pela Contratante, durante o período de vigência do contrato, para representá-la administrativamente sempre que necessário.
- 9.4. Repor ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do Contrato, caso sejam verificados vícios, defeitos ou incorreções resultantes de serviços mal executados, no **prazo máximo de 15 dias**, contados da data de notificação que lhe for entregue oficialmente, respeitados os dispostos na Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).
- 9.5. Recolher todos os impostos, taxas, tarifas, contribuições, estaduais e municipais, que incidam ou venham a incidir sobre a contratação dos serviços e apresentar os respectivos comprovantes, quando solicitados pela SEEDF.
- 9.6. Assumir todas as despesas necessárias à execução dos serviços.
- 9.7. Assegurar à Administração o direito de fiscalizar, sustar e/ou recusar os serviços que não estejam de acordo com as condições estabelecidas no Termo de Referência, ficando certo que, em nenhuma hipótese, a falta de fiscalização exige a contratada das responsabilidades pactuadas.
- 9.8. Respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências da SEEDF, quando aplicável.
- 9.9. Apresentar, sempre que solicitado, documentos que comprovem a execução do objeto contratado.
- 9.10. Comunicar à SEEDF qualquer anormalidade de caráter urgente referente à execução do serviço e prestar os esclarecimentos julgados necessários.
- 9.11. Manter as condições de habilitação e qualificação exigidas durante toda a vigência do contrato, informando à Contratante qualquer alteração.
- 9.12. Acatar as orientações do fiscal do contrato ou de seu substituto legal, prestando os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas.
- 9.13. Prestar esclarecimentos à Contratante sobre eventuais atos ou fatos que a envolvam, bem como relatar toda e qualquer irregularidade observada na execução do contrato.
- 9.14. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar, salvo quando devidamente autorizado pela SEEDF.
- 9.15. Assumir a responsabilidade:
- I - pela execução dos serviços, respondendo civil, administrativa e penalmente por todos os danos, perdas e prejuízos que, por dolo ou culpa sua, de seus empregados, prepostos ou terceiros, vier a causar à Contratante ou a terceiros;
 - II - por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação vigente, não havendo vínculo empregatício entre seus empregados e a Contratante;
 - III - pelas providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas seus empregados durante a execução do contrato;
 - IV - por todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal relacionados à execução do contrato;
 - V - pelos encargos fiscais e comerciais e demais despesas decorrentes da execução do objeto do contrato;
 - VI - por todas as despesas decorrentes da execução dos serviços, incluindo tributos, encargos trabalhistas e previdenciários;
- 9.16. A inadimplência da contratada, com referência aos encargos estabelecidos no item anterior, não transfere à SEEDF a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do Termo de Referência, razão pela qual a contratada renuncia a qualquer vínculo de solidariedade com a Administração.
- 9.17. Comunicar à SEEDF, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, apresentando justificativa circunstanciada, ficando a critério da Administração a aprovação.
- 9.18. Executar os serviços com observância às normas técnicas, regulamentos e demais dispositivos legais aplicáveis.
- 9.19. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, não sendo essa responsabilidade excluída ou reduzida pela fiscalização ou acompanhamento da Administração.
- 9.20. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do contrato, vedada sua divulgação ou utilização para finalidade diversa da prevista no Termo de Referência.
- 9.21. Cumprir integralmente a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD), adotando medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais a que tiver acesso em razão da execução contratual.
- 9.22. Orientar e treinar seus empregados, prepostos e colaboradores quanto às obrigações relativas à proteção de dados pessoais e à segurança da informação, assegurando o adequado tratamento das informações.
- 9.23. Não alegar desconhecimento das cláusulas e condições da contratação, das especificações técnicas ou das normas aplicáveis ao objeto como justificativa para o descumprimento de obrigações contratuais.
- 9.24. Observar as diretrizes relativas à prevenção e ao enfrentamento ao assédio moral e sexual no âmbito da Administração Pública do Distrito Federal, conforme disposto no Decreto Distrital nº 46.174, de 8 de agosto de 2024.
- 9.25. Cumprir, durante toda a execução contratual, a reserva legal de cargos para pessoas com deficiência, reabilitados da Previdência Social e aprendizes, nos termos da legislação vigente, especialmente o art. 16 da Lei nº 14.133/2021 e o art. 93 da Lei nº 8.213/1991.
- 9.26. **Responsabilizar-se pelos ônus financeiros e acréscimos substanciais de custos em face de alteração de ACT/CCT vinculada à proposta da CONTRATADA** em decorrência de decisão judicial ou de fato que afete o seu enquadramento sindical ou a sua vinculação a instrumento coletivo de trabalho no qual a empresa tenha sido representada por órgão de classe de sua categoria.
10. **CLÁUSULA DÉCIMA - GARANTIA DE EXECUÇÃO (ART. 92, XII)**
- 10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.
- OU
- 10.2. A contratação conta com garantia de execução, nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, na modalidade _____, em valor correspondente a ____% (_____ por cento) do valor inicial/total/anual do contrato.
- OU
- 10.3. A contratação conta com garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 96, combinado com art. 101, ambos da Lei nº 14.133, de 2021, na modalidade _____, em valor correspondente a ____% (_____ por cento) do valor total/anual do contrato, acrescido do valor dos bens abaixo arrolados, dos quais o contratado será depositário:
- 10.3.1. BEM 1 _____ Valor
 - 10.3.2. BEM 2 _____ Valor
 - 10.3.3. (...)
 - 10.3.4. TOTAL _____ Valor total
- OU
- 10.4. O contratado apresentará, no prazo máximo de _____ dias, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública ou, ainda, pela fiança bancária, em valor correspondente a _____% (_____ por cento) do valor inicial/total/anual do contrato.
- OU
- 10.5. O contratado apresentará, no prazo máximo de _____ dias, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública ou, ainda, pela fiança bancária, em valor correspondente a _____% (_____ por cento) do valor inicial/total/anual do contrato, acrescido do valor dos bens abaixo arrolados, dos quais o contratado será depositário:
- 10.5.1. BEM 1 _____ Valor
 - 10.5.2. BEM 2 _____ Valor

- 10.5.3. (...)
- 10.5.4. TOTAL _____ Valor total
- 10.6. Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato E/OU por _____ dias após o término da vigência contratual, permanecendo em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.
- 10.7. A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.
- 10.8. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no item 10.9 deste contrato.
- 10.9. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.
- 10.10. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:
- 10.10.1. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- 10.10.2. Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
- 10.10.3. Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.
- 10.11. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item 10.10, observada a legislação que rege a matéria.
- 10.12. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.
- 10.13. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.
- 10.14. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.
- 10.15. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 10.16. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de ____ (____) dias úteis, contados da data em que for notificada.
- 10.17. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 10.17.1. O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021).
- 10.17.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep n.º 662, de 11 de abril de 2022.
- 10.18. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.
- 10.19. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.
- 10.20. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.
- 10.20.1. O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Contrato.
- 10.20.2. Além da garantia de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21, a presente contratação possui previsão de garantia contratual do bem a ser fornecido, incluindo manutenção e assistência técnica, conforme condições estabelecidas no Termo de Referência.
- 10.20.3. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto prevista especificamente no Termo de Referência.
- 11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (ART. 92, XIV)**
- 11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 11.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a Pregoeiro/a durante o certame;
- 11.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado (Decisão TCDF nº 2892/1019), não mantiver a proposta ou o lance em especial quando:
- 11.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 11.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 11.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
- 11.1.2.4. Deixar de apresentar amostra;
- 11.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do Edital;
- 11.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 11.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a Ata de Registro de Preços, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 11.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- 11.1.5. Fraudar a licitação;
- 11.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- 11.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a Lei;
- 11.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 11.1.6.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 11.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 11.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 11.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 11.2.1. Advertência;
- 11.2.2. Multa;
- 11.2.3. Impedimento de licitar e contratar; e
- 11.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 11.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;
- 11.3.2. As peculiaridades do caso concreto;
- 11.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 11.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 11.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 11.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% (meio por cento) a 30% (trinta por cento) incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

- 11.4.1. Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, a multa será de 0,5% (meio por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do contrato licitado.
- 11.4.2. Para as infrações previstas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7 e 11.1.8, a multa será de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado.
- 11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7 e 11.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
- 11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a Ata de Registro de Preços, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.
- 11.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 11.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que ver proferido a decisão recorrida que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 11.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 11.14. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.
- 11.15. Os procedimentos para apuração de responsabilidade e aplicação das sanções administrativas a licitantes e contratados no âmbito da SEEDF, devem estar de acordo com a Portaria Nº 1.068, de 26 de agosto de 2024.
12. **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (ART. 92, XIX)**
- 12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.
- 12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.
- 12.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:
1. Ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
 2. Poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.
- OU
- 12.4. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.
- 12.4.1. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.
- 12.4.2. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.
- 12.4.3. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.
- 12.5. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 12.5.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
- 12.5.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
- 12.5.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
- 12.6. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:
- 12.6.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 12.6.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 12.6.3. Indenizações e multas.
- 12.7. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).
- 12.8. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).
13. **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (ART. 92, VIII)**
- 13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Distrito Federal deste exercício, na dotação abaixo discriminada:
- 13.1.1. Gestão/Unidade:
- 13.1.2. Fonte de Recursos:
- 13.1.3. Programa de Trabalho:
- 13.1.4. Elemento de Despesa:
- 13.1.5. Plano Interno:
- 13.1.6. Nota de Empenho:
- 13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.
14. **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (ART. 92, III)**
- 14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais e distritais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.
15. **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES**
- 15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
- 15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

16. **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO**

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei nº 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto nº 7.724, de 2012.

16.1.1. A eficácia do contrato fica condicionada à divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas- PNCP, no prazo de até 20 dias úteis.

17. **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO (ART. 92, §1º)**

17.1. Fica eleito o Foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060

ANEXO III DO EDITAL
DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E TERMO DE RESPONSABILIDADE
MODELO

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada no endereço _____, telefone nº _____, por intermédio do seu representante legal Sr(a). _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA que a empresa atende a todos os requisitos de habilitação para participação em procedimentos licitatórios, bem como RESPONSABILIZA-SE pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, nos termos da Lei nº 14.133/2021 de 01/04/2021, adotado no âmbito do DF através do Decreto nº 44.330/2023, de 16/04/2023. Com promete-se, ainda, quando solicitado pelo(a) pregoeiro(a), a efetuar o encaminhamento da presente Declaração/Termo, devidamente assinado, à Central de Compras, no prazo de 03 (três) dias úteis, juntamente com a documentação necessária, no endereço: _____ Local, _____ de _____ de _____.

Representante Legal

Observações: Preencher, preferencialmente, em papel timbrado da empresa.

ANEXO IV DO EDITAL
DECLARAÇÃO PARA OS FINS DO DECRETO Nº 39.860, DE 30 DE MAIO DE 2019
MODELO

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada no endereço _____, telefone nº _____, por intermédio do seu representante legal Sr(a). _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA que não incorre nas vedações previstas no art. 14 da Lei nº 14.133 de 2021, e no art. 1º do Decreto nº 39.860 de 2019. Essa declaração é a expressão da verdade, sob as penas da lei.

Local, _____ de _____ de _____.

Representante Legal

Observações: Preencher, preferencialmente, em papel timbrado da empresa.

ANEXO V DO EDITAL
Penalidades (Lei nº14.133/2021, Decreto Distrital nº44.330/2023 e Portaria nº 1.068, de 26 de agosto de 2024)

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2021/Lei/L14133.htm

https://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/878b445155514f05a3fb411e1c2da0c0/exec_dec_44330_2023.html

PORTARIA Nº 1.068, DE 26 DE AGOSTO DE 2024
[Portaria 1068 de 26/08/2024 \(sinj.df.gov.br\)](https://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/878b445155514f05a3fb411e1c2da0c0/exec_dec_44330_2023.html)



Documento assinado eletronicamente por **GABRIEL NOBREGA GOMES DANTAS - Matr.0248585-0, Diretor(a) de Deflagração das Licitações**, em 08/05/2026, às 13:35, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **IEDES SOARES BRAGA - Matr.0033284-4, Subsecretário(a) de Educação Básica**, em 08/05/2026, às 19:48, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **DIVANEIDE LIRA LIMA PAIXÃO - Matr.0033123-6, Chefe da Unidade de Gestão Estratégica da Educação Básica**, em 11/05/2026, às 09:20, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **JOELMA BOMFIM DA CRUZ - Matr.0202874-3, Diretor(a) de Educação Profissional**, em 11/05/2026, às 10:19, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **202374958** código CRC= **A21FCBC9**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Shopping ID, SCN, Qd. 06, Conjunto A, Edifício Venâncio 3.000, Bloco B, 4º andar - CEP 70716-900 - DF

(61)3318-2904

00080-00092875/2026-89

Doc. SEI/GDF 202374958

EDF-SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCACAO DO DF

Estudo Técnico Preliminar 12/2026**1. Informações Básicas**

Número do processo: 00080-00092875/2026-89

2. Descrição da necessidade

A presente contratação insere-se no âmbito do Programa Pontes para o Mundo, iniciativa que tem como objetivo promover a internacionalização da educação pública, por meio da oferta de experiências educacionais no exterior a estudantes da rede pública de ensino do Distrito Federal, contribuindo para sua formação acadêmica, cultural e cidadã.

Para viabilizar a adequada seleção e alocação dos estudantes participantes, faz-se necessária a realização de diagnóstico técnico, objetivo e padronizado do nível de proficiência linguística nos idiomas inglês, espanhol e francês. Tal diagnóstico é fundamental para subsidiar critérios claros e isonômicos de classificação, bem como para orientar a organização pedagógica das turmas no exterior.

Nesse contexto, verifica-se a necessidade de contratação de empresa especializada para a aplicação de testes de proficiência linguística destinados aos estudantes regularmente matriculados na segunda série do Ensino Médio regular e do Ensino Médio integrado ou concomitante à Educação Profissional e Tecnológica (EPT), classificados para o processo seletivo do programa. A avaliação deverá contemplar, de forma objetiva e padronizada, as quatro competências linguísticas essenciais — compreensão oral, compreensão escrita, produção oral e produção escrita —, adotando-se como referência o Quadro Europeu Comum de Referência para Línguas (CEFR/MCER).

A complexidade técnica, logística e operacional inerente à aplicação desses testes, especialmente em larga escala e em múltiplos idiomas, torna indispensável a contratação de empresa com capacidade técnica comprovada para executar todas as etapas do processo avaliativo, assegurando a confiabilidade, a padronização, a rastreabilidade e a segurança dos resultados.

Cumprir destacar que, na primeira edição do programa, a etapa de proficiência foi realizada por meio de solução interna, com apoio de doação, tendo sido conduzida pela própria equipe da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Embora essa alternativa tenha viabilizado a execução da atividade para um universo aproximado de 300 candidatos, foram identificados desafios significativos relacionados à logística, ao suporte técnico e à padronização dos procedimentos, além do registro de intercorrências técnicas e manifestações de candidatos.

Para a edição de 2026, o cenário apresenta aumento expressivo de complexidade, com previsão de atendimento a aproximadamente 1.200 candidatos, distribuídos em três idiomas distintos, o que amplia substancialmente as exigências operacionais e técnicas da ação. Ademais, considerando que a prova de proficiência constitui etapa eliminatória e classificatória do processo seletivo, torna-se imprescindível assegurar elevados padrões de isonomia, lisura e confiabilidade.

Dessa forma, a contratação de empresa especializada mostra-se necessária e adequada para garantir a execução eficiente e segura dessa etapa, em consonância com os objetivos estratégicos da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, bem como com as boas práticas adotadas em programas de intercâmbio educacional.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal /Subsecretaria de	

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

A Aplicação de Testes de Proficiência Linguística é uma iniciativa da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF), por meio da Subsecretaria de Educação Básica (SUBEB), com a finalidade de certificar a proficiência em língua inglesa, língua francesa e língua espanhola dos estudantes da rede pública de ensino do Distrito Federal, visando à adequada alocação pedagógica e à organização das turmas no exterior.

Os testes de proficiência deverão observar as diretrizes do Quadro Europeu Comum de Referência para Línguas (Common European Framework of Reference for Languages – CEFR), com a finalidade de aferir e identificar o nível de proficiência linguística dos estudantes, com base no desempenho nas quatro habilidades linguísticas essenciais — compreensão oral, compreensão escrita, produção oral e produção escrita.

Os resultados obtidos deverão indicar, de forma clara e objetiva, o nível de proficiência alcançado por cada um, conforme os parâmetros do CEFR, para fins classificatórios, no âmbito do processo seletivo do Programa Pontes para o Mundo, não se caracterizando como certificação formal de proficiência linguística. O certificado emitido deverá fornecer uma nota global, bem como discriminar as pontuações obtidas em cada uma das 4 habilidades (compreensão oral e escrita e produção oral e escrita).

É importante frisar que a contratada deverá ser capaz de entregar e aplicar os testes de proficiência em digital prevendo que haja acessibilidade, também, para os candidatos com deficiência que realizarão os testes. A acessibilidade deverá incluir Assistência Especializada para as diferentes necessidades e suas adaptações para os candidatos PCDs.

Adicionalmente, os recursos digitais utilizados na aplicação dos testes deverão observar padrões de acessibilidade, tais como o Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico (e-MAG) e as diretrizes internacionais WCAG 2.1, assegurando condições adequadas de uso por pessoas com deficiência ou com limitações de acesso, em conformidade com os normativos vigentes.

A empresa será responsável por realizar os seguintes serviços:

Administração dos Testes: Realização da aplicação de testes de proficiência nas quatro habilidades linguísticas essenciais — compreensão oral, compreensão escrita, produção oral e produção escrita — em conformidade com as diretrizes do Quadro Europeu Comum de Referência para Línguas (CEFR), que assegure a confiabilidade dos resultados, destinados aos estudantes classificados para a realização do teste, conforme a língua por eles escolhida.

Formato dos testes: Online com aplicação presencial

Medida de Desempenho: Medida objetiva e precisa do desempenho dos estudantes nas quatro habilidades linguísticas (compreensão oral e escrita, produção oral e escrita) com base nas respostas aos testes.

Provisões para estudantes com deficiências: Em relação à acessibilidade na realização dos testes de proficiência, a empresa deverá oferecer versões adaptadas dos testes para estudantes com necessidades relacionadas a deficiências auditivas, visuais ou de aprendizagem, levando em consideração a melhor forma de atendê-los.

Equipe de Aplicação: A equipe responsável pela aplicação é de responsabilidade da empresa contratada. Fornecimento de pessoal devidamente capacitado para a aplicação dos testes, garantindo que sejam qualificados e preparados para conduzir o processo de forma adequada, com acompanhamento de 1 fiscal para cada 20 estudantes.

Análise de Desempenho e Recurso: Avaliação objetiva e resultados nas 4 habilidades dos estudantes, a saber: compreensão e produção oral, compreensão e produção escrita, além da análise dos recursos dos testes nos diferentes idiomas.

Manutenção e Assistência Técnica: Fornecimento de suporte técnico e logístico durante todo o ciclo, do início das orientações dos testes à entrega dos resultados, garantindo que os testes sejam administrados de forma segura, sigilosa e eficaz, e que os resultados sejam precisos.

Controle de Qualidade: Implementação de procedimentos de controle de qualidade para garantir a integridade e a confiabilidade do processo de aplicação dos testes no formato online com aplicação presencial.

Dados e Estatísticas: A contratada deverá fornecer à SEEDF relatórios contendo os resultados dos testes em formato classificatório, organizados em ordem crescente de desempenho e sem ocorrência de empates, mediante a definição prévia de critérios de desempate. A classificação deverá considerar o desempenho dos candidatos nas quatro habilidades linguísticas (compreensão oral, compreensão escrita, produção oral e produção escrita), bem como demais informações relevantes. Os dados apresentados servirão de base para o monitoramento do nível de proficiência dos estudantes em língua inglesa, língua espanhola e língua francesa entre os classificados.

Relatórios: Ranking classificatório, de acordo com as normas estabelecidas no Edital nº 14/2026, que tornou público o processo seletivo de estudantes do Ensino Médio (EM) regular e do Ensino Médio integrado ou concomitante à Educação Profissional e Tecnológica (EPT), para participação em intercâmbio, por meio do Programa Pontes para o Mundo 2026. Os relatórios deverão ser disponibilizados nos formatos PDF e CSV.

Cumprimento das Normas Técnicas: Assegurar que todos os serviços e materiais desenvolvidos estejam em conformidade com as normas técnicas aplicáveis da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e outras regulamentações relevantes.

5. Levantamento de Mercado

Foi realizado levantamento de mercado com o objetivo de identificar soluções disponíveis para a prestação de serviços de elaboração, aplicação e correção de testes de proficiência linguística nos idiomas inglês, francês e espanhol, abrangendo as quatro competências avaliativas.

Verificou-se a existência de empresas especializadas na aplicação de exames de proficiência padronizados, com metodologias próprias e instrumentos validados, bem como instituições certificadoras reconhecidas nacional e internacionalmente. Constatou-se, ainda, que o mercado oferece diferentes modelos de execução, tais como aplicação presencial, remota ou híbrida, com variação quanto à estrutura logística, prazos de correção, tratamento de recursos e forma de divulgação de resultados.

A contratação de empresa especializada se apresenta como solução mais adequada sob o ponto de vista técnico e operacional, considerando a necessidade de padronização dos instrumentos de avaliação, garantia de isonomia entre os candidatos, segurança na aplicação das provas e rastreabilidade dos resultados.

O levantamento indicou, portanto, que há oferta suficiente no mercado para atendimento à demanda, com fornecedores aptos a executar o objeto em conformidade com os requisitos técnicos e quantitativos previstos, não se caracterizando situação de exclusividade.

Foram consideradas, de forma comparativa, alternativas de execução, tais como: contratação de empresa especializada e utilização de instituições certificadoras.

A análise demonstrou que a contratação de empresa especializada apresenta maior vantajosidade sob os aspectos técnico, econômico e operacional, especialmente quanto à padronização dos instrumentos, segurança na aplicação, confiabilidade dos resultados e escalabilidade da solução, em consonância com os princípios da eficiência e do planejamento previstos na Lei nº 14.133/2021.

6. Descrição da solução como um todo

A execução dos serviços deverá ser realizada de forma planejada, padronizada e controlada, assegurando a qualidade, a confiabilidade e a isonomia dos resultados obtidos, em consonância com as disposições deste Estudo Técnico Preliminar.

Os serviços serão executados mediante convocação formal da Administração, respeitando-se o quantitativo efetivamente demandado, o cronograma estabelecido e a disponibilidade orçamentária.

Compete à empresa contratada a execução integral dos serviços, desde a fase de planejamento até a entrega final dos resultados, incluindo todas as providências técnicas, operacionais, logísticas e administrativas necessárias.

Planejamento e Cronograma

A empresa contratada deverá apresentar, após a convocação da Administração, plano de execução detalhado, contendo cronograma de aplicação dos testes, planejamento dos testes online (aplicação será presencial), quantitativos por sessão e metodologia adotada. O cronograma deverá observar o calendário oficial da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, bem como as diretrizes do Programa Pontes para o Mundo – 2ª edição, sendo previamente aprovado pelo fiscal do contrato. Eventuais ajustes no cronograma deverão ser formalmente justificados e submetidos à aprovação da Administração.

Formato online (aplicação presencial)

Disponibilizar plataforma tecnológica adequada e garantir um ambiente seguro e antifraude para a aplicação do teste, assegurando a integridade e a confiabilidade do processo avaliativo. Fornecer instrumentos avaliativos adequados à mensuração das referidas habilidades, a organização e aplicação dos testes, a correção e processamento dos resultados. Apresentar relatório consolidado contendo a sistematização dos resultados obtidos.

Aplicação dos Testes

Os testes deverão avaliar, obrigatoriamente, as quatro competências linguísticas:

I – compreensão oral;

II – compreensão escrita;

III – produção escrita;

IV – produção oral.

A metodologia de avaliação deverá estar alinhada ao Quadro Europeu Comum de Referência para Línguas (CEFR/MCER), garantindo a comparabilidade internacional dos resultados. As avaliações de produção oral deverão ser realizadas por avaliadores qualificados.

Após a assinatura do contrato, a contratada será informada sobre os 2 (dois) dias distintos de aplicação dos testes de proficiência linguística, com antecedência mínima de 7 (sete) dias corridos em relação à data de realização dos testes.

Correção, Consolidação e Resultados

A correção e avaliação dos testes serão de responsabilidade exclusiva da empresa contratada, devendo observar critérios técnicos objetivos e padronizados.

A contratada deverá disponibilizar à Administração relatórios consolidados, contendo dados estatísticos e analíticos, respeitada a proteção dos dados pessoais dos estudantes.

Recursos Administrativos dos Estudantes

A empresa contratada deverá receber, analisar e responder, de forma fundamentada e técnica, os recursos administrativos eventualmente interpostos pelos estudantes, relativos aos resultados obtidos nos testes.

Os prazos e procedimentos para interposição e resposta aos recursos deverão ser alinhados com o calendário da SEEDF.

Caberá à Administração o acompanhamento e a supervisão do tratamento dos recursos, sem prejuízo da responsabilidade da contratada

Segurança da Informação e Proteção de Dados

A empresa contratada deverá adotar medidas rigorosas de segurança de informação, garantindo a confidencialidade, integridade e disponibilidade dos dados dos estudantes. O tratamento dos dados pessoais deverá observar integralmente a legislação vigente, em especial a Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD (Lei nº 13.709/2018).

Os dados coletados deverão ser utilizados exclusivamente para os fins previstos neste Estudo Técnico Preliminar.

Acompanhamento e Fiscalização

A execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada por servidor ou comissão designada pela Administração, nos termos da legislação vigente.

A fiscalização não exime a empresa contratada de suas responsabilidades quanto à perfeita execução dos serviços.

Constatadas irregularidades, a contratada deverá saná-las no prazo definido pela Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Os estudantes que desejarem participar do Programa "Pontes para o Mundo" serão selecionados por meio de um edital específico, que estabelecerá as regras mínimas para o processo de seleção. Este edital conterá critérios como requisitos de participação, prazos, documentos necessários e demais informações relevantes, garantindo transparência e igualdade de oportunidades a todos os interessados.

Em 2026, estão previstos 1.200 testes com caráter avaliativo, a serem aplicados previamente ao embarque dos estudantes selecionados, com a finalidade de aferir o nível de proficiência linguística nas quatro competências — compreensão auditiva, leitura, produção escrita e produção oral.

A estimativa foi dimensionada com base no número projetado de estudantes participantes do programa, contemplando a etapa de avaliação — diagnóstica e de mensuração de resultados.

A metodologia de cálculo dos quantitativos foi baseada na projeção anual de estudantes participantes, considerando a etapa obrigatória de avaliação, bem como a necessidade de aplicação em quantitativo superior ao número de vagas para fins de classificação e cadastro reserva.

Foi considerada margem de segurança operacional para absorção de variações de demanda, evitando descontinuidade do Programa.

A aplicação dos testes a um quantitativo superior ao número de vagas e ao cadastro reserva constitui medida indispensável para possibilitar a classificação técnica, objetiva e transparente dos participantes, bem como garantir a reposição de eventuais desistências, sem prejuízo à continuidade do Programa. Assim, mostra-se necessária a contratação de empresa especializada na elaboração, aplicação e correção dos referidos testes, com capacidade técnica para atender aos critérios e às demandas supracitados, garantindo:

1. **Qualidade no Atendimento:** permite a cobertura de um número maior de estudantes sem a necessidade de renegociações contratuais, assegurando a continuidade e a eficácia do programa.
2. **Redução de Custos com Contratações Emergenciais:** a previsão de quantitativos adicionais evita contratações emergenciais, que poderiam ser mais onerosas e menos eficientes, assegurando maior controle financeiro e previsibilidade orçamentária.
3. **Economicidade e Sustentabilidade Financeira:** o acréscimo planejado possibilita a antecipação de eventuais demandas futuras, reduzindo custos administrativos e operacionais, em conformidade com os princípios da gestão eficiente dos recursos públicos.
4. **Planejamento Estratégico e Execução Eficiente:** facilita um planejamento mais preciso e estruturado, permitindo a expansão do número de estudantes, a inclusão de novos destinos e a implementação de atividades complementares sem comprometer o cronograma da vivência acadêmica internacional.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 960.000,00

ITEM	DESCRIÇÃO	CATSER	QUANTIDADE	MÉDIA DO VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
Teste de proficiência linguística para estudantes regularmente matriculados na segunda série do Ensino Médio regular e do Ensino Médio integrado ou concomitantes à Educação Profissional e Tecnológica (EPT), da rede pública de ensino do Distrito Federal	<p>Contratação de empresa especializada na aplicação de teste de proficiência em língua inglesa, língua francesa e língua espanhola.</p> <p>O teste ofertado pela empresa deve ter aceitabilidade em processos seletivos para intercâmbio. Os testes deverão estar de acordo com o Quadro de Referência Comum Europeu, avaliar todos os níveis existentes (A1, A2, B1, B2, C1 e C2), e deverão trazer em seu resultado o desempenho das 4 habilidades linguísticas essenciais, quais sejam: compreensão oral e escrita, produção oral e escrita.</p> <p>Além dos testes, a contratada deverá dispor de profissionais devidamente capacitados e habilitados para aplicação dos testes nas 4 habilidades linguísticas, no formato online, com aplicação presencial, devendo a contratada disponibilizar solução tecnológica adequada, garantindo a estabilidade da plataforma, a segurança da informação, a integridade do processo avaliativo e o fornecimento de fones/microfones. Além da responsabilidade da logística da aplicação dos testes.</p> <p>A empresa deverá garantir acessibilidade para os candidatos com deficiência que realizarão os testes.</p>	18384	1200	800,00	960.000,00

A estimativa preliminar do valor da contratação foi elaborada exclusivamente para fins de planejamento da demanda, dimensionamento orçamentário e análise de viabilidade da solução, no âmbito da fase preparatória da contratação.

O valor unitário referencial de R\$ 800,00 por teste foi construído com base em parâmetro comparativo de mercado, tomando-se como referência exames padronizados de proficiência linguística internacionalmente reconhecidos, a exemplo dos exames da Cambridge, utilizados apenas como benchmark técnico-econômico, sem que isso represente vinculação da futura contratação a determinada certificação, banca examinadora, metodologia proprietária ou exame específico.

Cumprir destacar que a estimativa adotada não corresponde ao custo isolado de uma prova avulsa, mas sim ao custo estimado por teste efetivamente aplicado no contexto de uma solução completa de avaliação linguística, a ser contratada pela Administração. Isso porque o objeto pretendido abrange um conjunto articulado de atividades técnicas, operacionais e administrativas, tais como:

- elaboração ou disponibilização de instrumentos avaliativos compatíveis com o nível e a finalidade do processo seletivo;
- avaliação das quatro competências linguísticas (compreensão oral, compreensão escrita, produção escrita e produção oral), conforme o modelo adotado;
- planejamento da execução e organização do cronograma de aplicação;
- disponibilização de plataforma digital ou ambiente tecnológico apropriado à aplicação online (aplicação presencial) dos testes;
- gerenciamento de acesso, autenticação e identificação dos candidatos;
- adoção de procedimentos de segurança, sigilo, integridade e rastreabilidade da avaliação;
- suporte técnico e operacional aos candidatos e à Administração durante a etapa de aplicação;
- correção, consolidação e tratamento dos resultados;
- emissão e divulgação dos resultados; análise e processamento de eventuais recursos administrativos.

Adicionalmente, a natureza da demanda impõe requisitos mínimos de padronização, confiabilidade, comparabilidade, segurança e rastreabilidade dos resultados, especialmente por se tratar de etapa vinculada ao processo seletivo do Programa Pontes para o Mundo, no qual a aferição da proficiência linguística possui impacto direto na classificação dos candidatos e, conseqüentemente, na seleção de estudantes para experiência acadêmica internacional. Tais características afastam a adoção de soluções simplificadas ou de baixo rigor técnico, que não atenderiam adequadamente ao interesse público nem às exigências de isonomia, transparência e segurança inerentes ao processo seletivo.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

O parcelamento do objeto poderia comprometer a adequada execução do contrato, resultando em falhas operacionais, ou na ausência de recursos essenciais com empresas distintas poderia gerar atrasos ou inexecução parcial, impactando diretamente a realização dos testes. Os serviços previstos neste Estudo Técnico Preliminar são interdependentes, e o parcelamento da contratação dificultaria a responsabilização e a solução ágil de eventuais problemas, o que poderia comprometer a experiência dos estudantes beneficiados.

A não adoção do parcelamento, inclusive quanto à divisão em cotas, justifica-se pela natureza integrada dos serviços, cuja divisão poderia comprometer a padronização metodológica, a segurança do processo avaliativo, a rastreabilidade dos resultados e a eficiência operacional.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

A presente contratação está diretamente vinculada ao Programa “Pontes para o Mundo”, constituindo etapa essencial do processo seletivo dos estudantes, caracterizando-se como contratação interdependente.

A execução dos serviços é autônoma e independe da formalização de outros ajustes ou procedimentos licitatórios para sua viabilização.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A pretensa contratação encontra-se prevista no Plano de contratação anual de 2026 conforme o ID 44259.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A presente contratação visa assegurar a aplicação de testes de proficiência linguística com rigor técnico, padronização metodológica e critérios objetivos de avaliação, garantindo isonomia, transparência e confiabilidade no processo de aferição das competências linguísticas dos estudantes participantes do Programa Pontes para o Mundo.

A disponibilização de avaliação estruturada e tecnicamente validada permitirá a adequada mensuração das quatro competências linguísticas (compreensão oral, compreensão escrita, produção oral e produção escrita), possibilitando a classificação justa dos estudantes e sua correta alocação conforme o nível de proficiência apresentado.

Como benefícios institucionais, a contratação contribuirá para:

- o fortalecimento da credibilidade e da segurança jurídica do processo seletivo;
- a mitigação de riscos decorrentes de avaliações subjetivas ou não padronizadas;
- a rastreabilidade e auditabilidade dos resultados;
- a melhoria do planejamento pedagógico relacionado à preparação linguística dos estudantes.

Sob a perspectiva administrativa, a centralização dos serviços em empresa especializada promoverá eficiência operacional, padronização logística, otimização de recursos e racionalização das atividades internas da Secretaria, permitindo maior foco na gestão estratégica do Programa.

De forma geral, espera-se que a contratação resulte em maior qualidade técnica do processo seletivo, maior equidade entre os candidatos e maior efetividade na execução do Programa ao longo dos exercícios previstos.

13. Providências a serem Adotadas

A contratada deverá adotar as seguintes providências:

I – Disponibilização de plataforma para realização dos testes no formato online com aplicação presencial;

II – A equipe responsável pela aplicação dos testes em formato online com aplicação presencial é de responsabilidade da empresa contratada, com acompanhamento de 1 funcionário para cada 10 estudantes;

III - Além da responsabilidade da logística da aplicação dos testes, a empresa deverá providenciar fornecimento de fones/microfones para os estudantes.

IV -Disponibilização de recursos tecnológicos para o atendimento das 4 habilidades linguísticas;

V – Definição de procedimentos de segurança da informação;

VI – O Relatório consolidado com os resultados dos testes de proficiências deverá ser de acordo com as normas estabelecidas no Edital nº 14/2026.

VII- Planejamento e organização das respostas dos recursos dos testes de proficiência em língua;

VIII – Organização dos fluxos de resultados;

IX – Adoção de medidas de acessibilidade.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Não há previsão de impactos ambientais decorrentes da execução dos serviços a serem contratados, já que o formato da contratação será online. A natureza do objeto é predominantemente logística e administrativa, sem ações que causem interferências ou danos ao meio ambiente. Assim, conclui-se que este item não se aplica ao presente.

15. Declaração de Viabilidade


Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Declara-se que este estudo está em conformidade com a legislação vigente aplicável ao tema, atendendo aos requisitos legais e normativos para a contratação. Além disso, a proposta de contratação está alinhada ao Planejamento Estratégico da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF), contribuindo diretamente para o cumprimento dos objetivos institucionais e educacionais estabelecidos.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Documento assinado digitalmente
 **JOELMA BOMFIM DA CRUZ**
Data: 16/04/2026 20:07:31-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

JOELMA BOMFIM DA CRUZ

Diretora de Educação Profissional